

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PSICOLOGIA

GISLAINE RODRIGUES DA SILVA

**A NEUROSE DE CLASSE E A EXISTÊNCIA FEMININA NA TETRALOGIA
NAPOLITANA DE ELENA FERRANTE**

GOIÂNIA, GO

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome(s) completo(s) do(a)(s) autor(a)(es)(as): Gislaïne Rodrigues da Silva

Título do trabalho: "A NEUROSE DE CLASSE E A EXISTÊNCIA FEMININA NA TETRALOGIA NAPOLITANA DE ELENA FERRANTE"

2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento [x] SIM [] NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.Documento assinado eletronicamente por **Priscilla Melo Ribeiro De Lima, Professora do Magistério Superior**, em 14/04/2022, às 11:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).Documento assinado eletronicamente por **GISLAINE RODRIGUES DA SILVA, Discente**, em 02/05/2022, às 18:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2835159** e o código CRC **8B8C801A**.

GISLAINE RODRIGUES DA SILVA

**A NEUROSE DE CLASSE E A EXISTÊNCIA FEMININA NA TETRALOGIA
NAPOLITANA DE ELENA FERRANTE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
para obtenção de grau de bacharel em
Psicologia na Universidade Federal de Goiás,
UFG.

Orientadora: Dra. Priscilla Melo Ribeiro de
Lima

GOIÂNIA, GO

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Silva, Gislaine Rodrigues da
A NEUROSE DE CLASSE E A EXISTÊNCIA FEMININA NA
TETRALOGIA NAPOLITANA DE ELENA FERRANTE [manuscrito] /
Gislaine Rodrigues da Silva. - 2022.
56 f.

Orientador: Profa. Dra. Priscilla Melo Ribeiro de Lima.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade
Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Psicologia, Goiânia,
2022.
Bibliografia.

1. Identidade feminina. 2. Submissão feminina. 3. Neurose de
classe. 4. Elena Ferrante. 5. Tetralogia napolitana. I. Lima, Priscilla
Melo Ribeiro de , orient. II. Título.

CDU 159.9



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos 13 dias do mês de abril do ano de 2022 iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado "**A NEUROSE DE CLASSE E A EXISTÊNCIA FEMININA NA TETRALOGIA NAPOLITANA DE ELENA FERRANTE**", de autoria de Gislaíne Rodrigues da Silva, do curso de Psicologia, da Faculdade de Educação da UFG. Os trabalhos foram instalados pela profa. Dra. Priscilla Melo Ribeiro de Lima (orientadora - FE/UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: profa. Dra. Susie Amâncio Gonçalves de Roure (FE/UFG). Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição da estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final de 10,0, tendo sido o TCC considerado aprovado.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Priscilla Melo Ribeiro De Lima, Professora do Magistério Superior**, em 14/04/2022, às 11:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Susie Amancio Goncalves De Roure, Coordenador**, em 14/04/2022, às 19:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2835130** e o código CRC **BD3F750C**.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, sou grata pelas políticas de educação pública, que me permitiram ter uma educação gratuita, crítica e de qualidade. Sou grata também à minha mãe, Lenir, que investiu na minha educação em todos os sentidos, agradeço pelo seu apoio e amor, por confiar em mim e por ser um exemplo da indestrutível força feminina. Agradeço, também, ao meu pai, Gessi, que foi imprescindível para a minha manutenção na Universidade.

Agradeço, ademais, à minha orientadora Priscilla, primeiramente por seu trabalho com o grupo *Narrativas marginais*, que me proporcionou um olhar crítico acerca de múltiplos assuntos socialmente relevantes e despertou em mim o interesse em estudar a *neurose de classe*, estudo esse que me revelou tanto sobre a minha própria história. Além disso, agradeço pelo seu amparo no momento turbulento que foi a realização deste trabalho. Ademais, agradeço à professora Susie, por sua delicadeza e desvelo, sou grata pela sua recepção benévola e por seu amparo neste último ano.

Gostaria, também, de agradecer aos ‘Abores’, Geovanna, Gustavo, Hiara, Jordana, Malu, Milena, Paula e William, meus amigos queridos que me resgataram de um círculo de amargura e me mostraram o imensurável valor da amizade. Em poucos anos vocês se tornaram minha família, conquistar a amizade de vocês foi de fato a concretização de um sonho. Agradeço, ademais, ao meu amigo de guerra Muryel, em quem encontrei carinho, amparo e fortalecimento, sua presença na minha vida e graduação é insubstituível, sua companhia e sorriso são fonte de vida. Sou também amplamente grata pelo meu amigo Lucas Passos, que me ensinou o significado de amor. Obrigada por ter sido meu companheiro de fofocas, sofrimentos e reflexões e principalmente obrigada pelo seu investimento na minha felicidade. É impossível não ser tocada pela sua existência, você é luta e humanidade e fez de mim um pouco mais humana.

Obrigada também aos meus ‘Zé ruelas’ Geovana, Guilherme e Lucas que mesmo de longe sempre me deram apoio e foram fonte de alegria. A amizade e carinho de vocês me sustentou de formas inexplicáveis, mesmo sem saber vocês foram fonte de amparo e bem-estar e por isso serei eternamente grata.

Todos vocês me deram voz e ter a amizade de vocês faz de mim uma pessoa mais completa.

Seu objetivo sempre foi outro:
queria volatilizar-se, queria
dissipar-se em cada célula, e que
ninguém encontrasse o menor
vestígio seu.

Elena Ferrante

RESUMO

O presente trabalho visa investigar a abrangência de aspectos da dominação feminina e da *neurose de classe* no conjunto de obras literárias denominado *Tetralogia Napolitana* da autora italiana Elena Ferrante. O estudo sobre o desenvolvimento do processo de dominação feminina, demonstra que se trata de um encadeamento de ordens insidiosas que se estabeleceram devido a múltiplos fatores como desenvolvimento do capitalismo, religiosidade, temor quanto ao poder das mulheres, relação entre natalidade e economia, entre outros. Já a respeito da *neurose de classe* percebemos se trata de um termo caracterizador dos sintomas clínicos apresentados por aqueles que se movem dentro da estrutura de classe social e que é condicionada por fatores psicossociais e sociais, relacionados às histórias pessoais, familiares, relacionais e geralmente socialmente invisíveis. Que asseguram ideais ilusórios como meritocracia, esforço compensatório, entre outros. Fatores estes que condicionam o indivíduo a sofrer com sentimentos de inferioridade, culpa e humilhação e a sociedade a interpretar o fracasso como resultado individual da falta de esforço. E, por fim, recorreremos à articulação dos fatores referidos anteriormente ao relato da protagonista da *Tetralogia Napolitana* da Elena Ferrante nos ancorando em sua narrativa de vida para demonstrar a presença de convergência desses processos.

Palavras-chave: Identidade feminina; Submissão feminina; Neurose de classe; Elena Ferrante; Tetralogia napolitana; habitus.

ABSTRACT

The present work aims to investigate the scope of aspects of female domination and class neurosis in the set of literary works called The Napolitan Novels by the Italian author Elena Ferrante. The study on the development process of female domination demonstrates that it is a chain of insidious orders that were established due to multiple factors such as the development of capitalism, religiosity, fear of women's power, relationship between birth and economy, among others. Regarding class neurosis, we perceive that it is a term that characterizes the clinical symptoms presented by those who move within the social class structure and that it is conditioned by psychosexual and social factors, related to personal, family, relational and that are generally socially invisible. That ensure illusory ideals such as meritocracy, compensatory effort, among others. These factors condition the individual to suffer from feelings of inferiority, guilt and humiliation and society to interpret failure as an individual result of lack of effort. And, finally, we resort to the articulation of the factors mentioned above within the account of the protagonist of Elena Ferrante's Napolitan Novels, anchoring us in her life narrative to demonstrate the presence of convergence of these processes.

Keywords: Female identity; Female submission; Class neurosis; Elena Ferrante; Neapolitan tetralogy; habitus.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	3
RESUMO	5
ABSTRACT	6
INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1	11
As origens da dominação feminina	11
CAPÍTULO 2	21
Neurose de classe e sofrimento psíquico	21
CAPÍTULO 3	32
As meninas geniais: história de quem foge e de quem fica	32
REFERÊNCIAS	50

INTRODUÇÃO

O termo *neurose de classe* como caracterizador de sintomas clínicos apresentados por aqueles que se movem dentro da estrutura de classe social foi, inicialmente, empregado por Gaulejac (1987). Esse autor buscou apreender de que forma os fatores psicossociais e sociais, relacionados às histórias pessoais, familiares e relacionais, refletiam sobre os destinos humanos e seus confrontos existenciais. Além de tratar extensamente da relação entre esses fatores e sentimentos de inferioridade, culpa e humilhação. Para tanto, Gaulejac (1987) compreende os sujeitos como produtos e produtores da história, tendo sua identidade constituída por acontecimentos vividos e por conexões ideológicas, econômicas e afetivas.

Gaulejac (1987) propõe que também os conflitos de classe são perpassados pela historicidade e se sustentam apoiados por uma relação de impositivo domínio cultural, orientado por parte de uma classe dirigente que administra a historicidade à vista de beneficiar e assegurar esse modelo em detrimento de outro, o dominado. Nesse sentido, a relação com a historicidade dos indivíduos que integram a classe dirigente não é em si conflituosa visto que sua conjunção herdada é congruente com o papel social de classe que lhes é conferido. Ademais, esta é uma configuração assegurada também quanto à sua posição no sistema de distribuição antropométrica, assim estes participam e identificam-se com o fluxo social que os qualifica (GAULEJAC, 1987). Entretanto, isso não se apresenta da mesma forma para os que pertencem às demais classes, sendo que para estes há um antagonismo entre seus interesses subjetivos e seus interesses de classe: “no nível individual, a historicidade pode levá-los a mudar de posição no sistema de classe, enquanto, ao nível coletivo, a historicidade os conduz a transformar a relação entre as classes sociais” (GAULEJAC, 1987, p. 32).

A fim de investigar analiticamente esses enredos sistêmicos de embates psíquicos e sociais, Gaulejac (1987) explorou alguns relatos de entrevistas individuais e narrativas autobiográficas. Essa análise permitiu um esclarecimento acerca dos aspectos que podem se inscrever nas estruturas psíquicas e passar a compor os conflitos de identidade. Assim, o uso de narrativas como construção de sentidos pode compreender a representação de uma simbolização do real (LIMA, 2016). À vista disso, propomos o conjunto de obras da *Tetralogia Napolitana* de Elena Ferrante, como fonte narrativa a ser analisada à luz da teoria de Gaulejac. A partir desta, buscaremos explorar os conflitos psíquicos, identitários e relacionais experienciados pela protagonista ao migrar entre classes sociais e confrontar-se com sistemas de referência contraditórios e opressores. Sistemas esses que aparentam incutir,

principalmente às mulheres de classes baixas, impressões pessoais de insuficiência, fracasso e impotência que resultam em um perverso desvio da energia da mulher, em favor de uma conformidade masculinamente imposta (GREER, 1971).

Quanto aos objetivos buscamos elucidação acerca das heranças sócio-históricas de valores imateriais que se impõem às classes e como estas se apresentam na obra de Ferrante. E, como, através dessas instâncias compulsórias, geracionais, culturais e de referências identitárias, muitas vezes irrefletidamente transmitidas, se dão as assimilações das mulheres, acerca de si mesmas e de suas interações com a sociedade. Além de apreender de que forma e sob que bases esses aspectos garantem o gerenciamento dos destinos dessas mulheres e como sustentam sua perpetuação.

Ademais, visamos analisar as narrativas da Tetralogia Napolitana a partir dos conceitos de teorias feministas e da Neurose de classe de Vincent Gaulejac. Aprofundar acerca dos processos de transmissão de valores imateriais que permeiam as relações de classe a partir de Gaulejac e Bourdieu. Compreender de que forma os elementos identitários se configuram interdependentemente através de informais dinâmicas simbólicas de socialização, culturalidade e as instâncias tradicionais. Investigar o sofrimento individual como resultante da incorporação de mecanismos sociais estruturantes a partir da análise do Édipo freudiano feita por Gaulejac. Compreender a construção da mulher como sujeito no mundo contemporâneo. Identificar quais são os mecanismos empregados por sistemas de opressão aos quais as mulheres são sujeitadas.

Quanto à metodologia, tendo como objetivo a compreensão dos aspectos mencionados acima, a elaboração do trabalho se dividirá em três momentos. O primeiro momento será dedicado à análise aprofundada das quatro obras literárias que compõem a Tetralogia napolitana de Elena Ferrante, sendo essas: *A Amiga Genial* (2015); *História do Novo Sobrenome* (2016); *História de Quem e de Quem Fica* (2016) e *História da Menina Perdida* (2017). A partir dessa análise serão determinados os principais aspectos a serem explorados.

No segundo momento, serão consultados livros, artigos, periódicos, teses e dissertações que tratem da *neurose de classe*, sofrimento social, teoria do *habitus*, transmissão de valores imateriais, construção da identidade e reconhecimento. Além de textos acerca da formação da subjetividade feminina na sociedade, identidade feminina, emancipação, submissão feminina, interdito e feminismo, em obras de autoras como Germaine Greer, Betty Friedan e Silvia Federici.

O terceiro momento será reservado para construir a articulação entre os fundamentos teóricos considerados pertinentes à pesquisa e a Tetralogia Napolitana. Identificando as

correlações e analisando a conformidade entre os conteúdos trabalhados pelos teóricos e os relatos narrativos da personagem Elena Greco. Todos os Livros da Tetralogia Napolitana foram publicados no Brasil e este trabalho foi produzido seguindo essas traduções, as seguintes abreviações foram utilizadas para identificar as obras:

AG: *A amiga genial*

HS: *História do novo sobrenome*

HF: *História de quem foge e de quem fica*

HP: *história da menina perdida*

CAPÍTULO 1

As origens da dominação feminina

As posições ocupadas pelas mulheres nas sociedades são determinadas, entre outros, pelo seu funcionamento histórico, político, econômico e familiar (STEARNS, 2007). Pensando nas perspectivas históricas e econômicas das sociedades ocidentais, a transição da caça e coleta para a agricultura como atividade econômica, pode ser discutida como o primeiro grande marco distintivo entre homens e mulheres. Para além disso, o aumento da prosperidade econômica e o fortalecimento governamental também tendem a acentuar as desigualdades, na medida em que as mulheres são pressionadas pelos homens a assumirem funções domésticas, decorativas e dependentes da família (STEARNS, 2007). Ademais, a instituição das diversas civilizações potencializou a busca por distinção com o mundo externo, através da promoção de unidades dentro de seus grupos. A identificação de características comuns performou como uma demarcação da diferença dos 'outros' e cada civilização identificou características comuns entre suas populações e desenvolveu seus próprios aparatos políticos, comerciais e culturais (STEARNS, 2007).

Stearns (2007) postula, ademais, que o desenvolvimento das civilizações impulsionou, também, sistemas de gênero que foram determinando as atribuições de cada sexo. Quanto a isso, aponta que a transição da caça e coleta para a agricultura encerrou um sistema de significativa igualdade entre homens e mulheres, em que ambos trabalhavam separadamente mas contribuíram com importantes bens econômicos. Para mais, nesse período, no que tange à natalidade, as taxas eram relativamente baixas devido em parte a um período de aleitamento prolongado, permitindo, assim, que as mulheres se esquivassem das exigências produzidas por sucessivas gestações. Entretanto, com o estabelecimento da agricultura e o desenvolvimento de sistemas culturais e religiosos que muitas vezes referenciavam deusas como associadas à fecundidade, a assistência feminina se apresentou como vital para a agricultura. Entretanto, os homens passaram a encarregar-se da plantação, tornando-se, assim, responsáveis pelo provisãoamento de alimentos. E, com a segurança fornecida por esse novo estilo de vida, além da possibilidade de dispor do trabalho infantil, a maternidade passou a definir as vidas das mulheres (STEARNS, 2007).

O estabelecimento da agricultura proporcionou, também, a possibilidade de posse de propriedades e a subsequente transmissão dessas como herança. Esse contexto, de acordo com o autor, é visto como um dos motivadores para a ampliação do controle sobre a sexualidade feminina. Uma vez que, da prática de transmissão de propriedades, surgiu para os

homens, a necessidade de se garantir com o máximo de segurança que os filhos de uma mulher fossem de seu marido (STEARNS, 2007).

Posteriormente, com o avanço civilizatório, novos modos de organização social, cultural e econômico surgiram, entre eles, destaca-se o feudalismo. Neste sistema, a condição feminina era majoritariamente submetida à autoridade dos senhores feudais, sendo que esta prevalecia sobre a autoridade de pais e maridos (FEDERICI, 2017). Assim, todos os aspectos de suas vidas estavam sujeitos ao regulamento dos senhores, entretanto, as funções femininas tal qual as masculinas, estavam organizadas na gênese da subsistência. Desse modo, a divisão sexual do trabalho não era tão acentuada, pois todo o trabalho cooperava para o sustento familiar e as mulheres trabalhavam em múltiplas funções, domésticas e agrícolas (FEDERICI, 2017). Entretanto, com o objetivo de estender seus direitos jurídicos e econômicos, além de conquistar o direito de preservar seu excedente de trabalho e suas mercadorias, o campesinato se revoltou contra o sistema feudal (FEDERICI, 2017).

A luta servil alcançou algumas conquistas, entre elas a mais significativa foi a substituição dos serviços laborais por uma remuneração financeira que deu lugar a uma base de trabalho mais contratual. Entretanto, “O dinheiro e o mercado começaram a dividir o campesinato, ao transformar as diferenças de rendimentos em diferenças de classe e ao produzir uma massa de pobres que só conseguiram sobreviver graças a doações periódicas” (GEREMEK, 1994, p. 56-62). Para as mulheres os efeitos dessas mudanças culminaram em um movimento de êxodo do campo, pois seu acesso à propriedade e à renda declinou ainda mais, assim, elas tornaram-se o grupo mais numeroso entre os imigrantes rurais nas cidades (FEDERICI, 2017). No século XV, sua presença nas cidades era expressiva e, nesses centros urbanos, a grande maioria vivia em situação de pobreza realizando atividades como comerciantes, servas, vendedoras ambulantes, fiandeiras, prostitutas, entre outras (FEDERICI, 2017). Entretanto, apesar das dificuldades financeiras, a vida nas cidades permitiu a muitas mulheres uma certa emancipação da tutela masculina. A liberdade cidadã lhes permitia viver sozinhas ou como líderes da família e dos filhos ou até mesmo construir comunidades em conjunto com outras mulheres (FEDERICI, 2017).

A autora pontua, ademais, que, com o tempo, as mulheres das cidades medievais passaram a realizar atividades que futuramente seriam consideradas trabalhos masculinos, como ferreiras, chapeleiras, açougueiras, cervejeiras, entre outras. E, no século XIV, as mulheres começaram a competir com homens formados em universidades, atuando como médicas, cirurgiãs e professoras escolares. Nesse ínterim, com a crescente presença feminina

na vida social, cresceram também os movimentos que repreendiam sua suposta indisciplina (FEDERICI, 2017).

A mobilização contra a autonomia feminina se difundiu de inúmeras formas, sendo uma das mais proeminentes a politização da sexualidade. Já no período de estabelecimento do cristianismo como religião estatal no século IV houve um reconhecimento por parte do clero do poder sobre os homens que o uso do desejo sexual permitia às mulheres (FEDERICI, 2017). Diante da apreensão deste, a casta patriarcal buscou por diversos meios o desmantelamento da atração erótica do poder das mulheres. Por meio da exclusão das mulheres da liturgia, da sacralização da esquivia às mulheres e ao sexo, da instituição da sexualidade como objeto de vergonha, entre outros. A sexualidade, ademais, se transformou em tema de confissão e o discurso religioso passou, também, a determinar um catecismo sexual, regulando posições, dias em que o ato poderia ser realizado e com quem era permitido e proibido (FEDERICI, 2017).

Apesar do controle implacável do clero sobre a sexualidade e as liberdades individuais, um contramovimento se difundiu amplamente pela Europa, a heresia passou a ser a principal desafiante da ortodoxia. O movimento herético tinha como um de seus aspectos mais significativos a elevada posição garantida às mulheres, nesse contexto elas desfrutavam de uma mobilidade e vida social similar à dos homens (FEDERICI, 2017). Em algumas seitas hereges lhes eram garantidos os direitos de pregar, batizar, e alcançar outras marcas religiosas. Ademais, os hereges também permitiam o compartilhamento de moradias entre homens e mulheres que não eram casados, além de possibilitar que mulheres criassem suas próprias comunidades (FEDERICI, 2017). Os hereges, unidos aos proletários encabeçaram numerosas lutas urbanas com a intenção de melhorar suas condições de vida, e, unidos, conquistaram diversas vitórias, entretanto, um momento decisivo alterou profundamente a vida social e política da Europa. A peste negra dizimou por volta de um terço da população europeia, e os efeitos desse colapso demográfico se difundiram em âmbitos hierárquicos, trabalhistas e disciplinares.

A peste negra provocou mortes generalizadas, assim, todas as classes foram atingidas pela doença, além disso, a proximidade com a morte enfraqueceu a disciplina social, e as incertezas quanto a um futuro libertaram muitas reservas sociais e morais dos indivíduos. Ademais, a morte de milhões de pessoas acarretou uma baixa na mão de obra e, subsequentemente, uma crise do trabalho (FEDERICI, 2017). Assim, o custo do trabalho aumentou e a busca por ruptura com os laços do domínio feudal se tornou mais expressiva. E o controle dos camponeses, antes realizado em bases de ameaças de expulsão não se fazia

mais viável, visto que muitas terras estavam livres, o que, pelo contrário, passou a permitir aos inquilinos a ameaça de êxodo para outras terras ou cidades (FEDERICI, 2017).

A crise econômica e populacional resultante da assolção pela peste negra foi sem precedentes, e, como posto anteriormente, afetou todas as classes sociais. Entretanto, outras calamidades biológicas assolaram a Europa, pragas e varíola arrasaram cidades, mas suas vítimas tenderam a advir das classes mais baixas. E o declínio populacional causado por essas epidemias, entre outros aspectos, resultou em uma crise demográfica e econômica (FEDERICI, 2017). Nesse contexto, a reprodução e o crescimento populacional passaram a se relacionar ao trabalho e à acumulação de riquezas de modo político (FEDERICI, 2017). O estado passou, então, a punir comportamentos que obstruíram o crescimento populacional e, a ideia de que o volume populacional determinava a riqueza de uma nação foi se tornando uma convicção social (FEDERICI, 2017).

Assim, com os interesses econômicos atrelados à proporção populacional, o estado passou a implementar iniciativas direcionadas à ruptura do controle feminino sobre seu corpo e sua reprodução. Desse modo, controle de natalidade, criminalização do aborto, do infanticídio e da contracepção, além de oposição extrema à sexualidade não reprodutiva, foram práticas empregadas pelo estado para criminalizar e posteriormente punir severamente as mulheres. (FEDERICI, 2017). No entanto, além dessa sucessão de processos de repressão, o ponto decisivo da história da opressão das mulheres na Europa foi a caça às bruxas (FEDERICI, 2017). Essa campanha de perseguição contra as mulheres exacerbou a divisão entre homens e mulheres e introduziu nos homens o medo do poder das mulheres. Mas, acima de tudo foi uma guerra contra as mulheres, um empreendimento para demonizá-las, domesticá-las, destruí-las, isolá-las, degradá-las e aniquilar seu poder social (FEDERICI, 2017).

O comportamento feminino era o alvo generalizado da acusação e da repressão, visto que não havia reconhecimento social da criminalidade das alegações das quais essas eram acusadas. Ademais, as acusações não precisavam de comprovação para serem levadas a julgamento e muitas vezes se tratava de práticas comuns e anteriormente socialmente aceitas (FEDERICI, 2017). Assim, quando acusadas pelos mais variados motivos, as mulheres eram “investigadas” através de torturas, mutilações e estupros e, posteriormente, se sobrevivessem, eram enforcadas ou queimadas vivas em execuções públicas (FEDERICI, 2017).

O contexto da caça às bruxas demarcou com clareza a autoridade e o poder do ódio ao feminino e, mesmo com o fim da caça às bruxas na Europa, a perseguição contra as mulheres e aquilo que as constitui não se encerrou na era medieval. Entretanto, é impossível apontar

todos os eventos e marcadores que distinguem as mulheres como grupo marginalizado, visto que seu histórico de repressão transpõe a história da humanidade. Ademais, sua marginalização difere de outros segmentos, na medida em que estas estão inseridas em quase todos e seus laços com seus opressores, por motivos familiares, são incompatíveis com quaisquer outros (CAMPAGNOLI et al. 2003).

Até aqui, apontamos alguns dos processos históricos que contribuíram para a marginalização e desvalorização social da mulher. No entanto, a partir deste momento, buscaremos explorar os esquemas inconscientemente incorporados que efetivam a dominação masculina e elucidar sobre os impactos emocionais e psicológicos dessa experiência para as mulheres.

Tratando da influência da ordem masculina, Pierre Bourdieu (2002) aponta a imposição da visão androcêntrica como neutra e, portanto, socialmente legitimada. Refletindo que o princípio masculino é socialmente encarado como medida de todas as coisas, de modo que a interpretação do masculino e do feminino compreende oposições fundamentais entre positivo e negativo, direito e avesso (BOURDIEU, 2002). Ademais, postula que a mulher foi constituída como um ser definido pela falta, negativo, e que o trabalho de socialização tende a lhes impor limites, sendo estes totalmente relativos ao corpo (BOURDIEU, 2002). Assim, o autor afirma que, através de uma disciplinaridade tácita, referente a todas as partes do corpo, uma educação elementar tende a impor às mulheres maneiras de expor o seu corpo. Sendo essas maneiras éticas e estéticas que se expressam, inclinando, curvando, abaixando e se submetendo. Ou seja, adotando posições corporais que carregam uma significação moral de submissão, que limitam o território permitido aos deslocamentos e movimentos do seu corpo, como se estas fossem encerradas por um cerco invisível e sua feminilidade se calculasse pela aptidão de fazerem-se pequenas (BOURDIEU, 2002).

O autor propõe, ademais, que aos homens é garantido o lado oficial e público, enquanto as mulheres são situadas do lado curvo, contínuo, doméstico, onde ficam confinadas ao apelo da ordem silenciosa. E, nessa posição, elas não têm opção senão desempenharem, supostamente de maneira natural, a identidade minoritária que uma razão mítica lhes destina, sendo essa de pertencimento a um lugar naturalmente torto, mesquinho, pequeno e fútil (BOURDIEU, 2002). Outro aspecto atribuído pela visão dominante como natural é a singular lucidez dos dominados, comumente conhecida como “intuição feminina”. Quanto a esta, o autor determina como inseparável da submissão subjetiva e objetiva que exorta ou submete as mulheres a uma vigilância e atenção para prever desejos e prevenir desacordos. Ou seja, uma

sensibilidade aos sinais não verbais ou um reconhecimento de emoções não declaradas, mas implícitas em um diálogo (BOURDIEU, 2002).

A dominação masculina se assegura, ademais, pela assertividade de estruturas sociais de produção e reprodução sexual do trabalho e de produção e reprodução sociológica que concedem aos homens a parte mais vantajosa. Ademais, se beneficia da objetividade do senso comum, que institui matrizes de pensamentos, ações e percepções, como transcendentais históricos que se partilham e impõem universalmente (BOURDIEU, 2002). Desse modo, para o autor, a violência simbólica contra as mulheres se sustenta na medida em que o dominado não consegue não ceder ao dominante, visto que não dispõe de instrumentos para pensá-la que não estejam disponíveis a ambos e que não sejam já permeados pela relação de dominação (BOURDIEU, 2002).

A respeito da interiorização da dominação, ou seja, de um discurso de poder o qual nunca escolhemos, mas que se impõe sobre nós, Judith Butler (2017) a dispõe como paradoxalmente estabelecadora e sustentadora de nossa ação. Propondo, ademais, que a sujeição se refere tanto ao sentido de tornar-se subordinado a um poder, quanto ao processo de tornar-se sujeito (BUTLER, 2017). Ou seja, o poder que inicialmente aparenta ser externo e impositivo assume uma forma psíquica que integra a identidade pessoal do sujeito. Para corroborar essa ideia, a autora alude à formação da paixão primária na dependência, o que colabora para a vulnerabilidade da criança à exploração e subordinação (BUTLER, 2017). De modo que desejar as condições da própria subordinação e depender do poder assumindo as regulações, supressões e proibições, faz parte da persistência do sujeito. Assim, o poder não apenas age sobre o sujeito, como o põe em ato, lhe conferindo existência (BUTLER, 2017).

Recorrendo a Freud e Nietzsche, a autora reflete, ademais, que a proibição da ação ou da expressão resultam no retorno da pulsão sobre si mesma e que essa pulsão retornada se torna uma circunstância precipitante da formação do indivíduo. Assim, no caso desse retorno sobre si mesmo ser relativo a anseios, pulsões primárias ou desejos, este produz em todas as circunstâncias uma norma psíquica de autocensura que, com o decorrer do tempo, é consolidada como consciência (BUTLER, 2017). Para mais, quanto à consciência, Butler (2017) a entende como o âmbito pelo qual o indivíduo se configura objeto para si mesmo, se estabelecendo como reflexivo e refletido, de modo que, para conter o desejo, o sujeito se converte em um objeto de reflexão. Então, a autorreflexão se desenvolve como transmutação do desejo que foi produzido pela reflexividade. E a consciência é força de desejo e, por vezes, também a força da agressão que ressurgue sobre si mesma (BUTLER, 2017).

Pensando na força do desejo e da agressão, podemos recorrer à Greer (1971), que propõe a energia como força que impulsiona todos os seres humanos, sendo que, como força motriz, impele e, se encontra um obstáculo, transmuta-se em força destrutiva. Quanto a essa energia, postula que é notório que as mulheres têm quantidades expressivas do tipo destrutivo, entretanto, reconhece que esta é uma criatividade tornada para dentro, sobre si mesma, resultante de constantes frustrações (GREER, 1971). Ademais, expõe que esta energia tornada sobre si comumente expressa-se através doenças nervosas, acidentes, menstruações dolorosas, gravidez indesejada, além de propagarem destruição pelas personalidades e desempenhos dos outros, principalmente de seus familiares mais próximos (GREER, 1971).

A autora propõe, ademais, que a oferta de alternativas além da ocupação com filhos e lar não são suficientes para desviar o curso desta energia, visto que padrões de perversidade relativos à expressão de suas motivações e desejos e que as ajustam quase exclusivamente à maternidade já foram estabelecidos (GREER, 1971). De modo que, qualquer substituto se arrisca a ser empregado de modo servil, ineficiente, inconsciente, entre outros, visto que majoritariamente não são oferecidos às mulheres alternativas genuínas. De maneira que, a direção de um lar moderno pode se apresentar como melhor opção ao tédio e às frustrações das alternativas que lhes são disponibilizadas (GREER, 1971). Assim, o gasto enérgico com a conformidade com assuntos disciplinares e outras exigências são comumente observados nas mulheres. Tratando de mulheres estudantes, a autora expõe que recorrentemente estas dispendiam suas energias pela ansiedade em agradar ou pela assiduidade disciplinada e não em satisfazer a própria curiosidade acerca do que estudavam (GREER, 1971).

Greer (1971) reitera, ademais, que a admissão do fenômeno descrito, é crucial para a identificação do problema e sua posterior solução. Apontando a indispensabilidade de uma dedicação para a compreensão de como a energia das mulheres é escrupulosamente degradada, do nascimento à puberdade, de modo culminar em uma maturidade muitas vezes carente de recursos e criatividade (GREER, 1971).

Outro aspecto do desvio e perversão da energia das mulheres apontado pela autora é a persistência em uma conduta sexual passiva, esta apresenta a negação da sexualidade feminina como o mecanismo predominante deste desvio (GREER, 1971). De maneira que a energia das mulheres é desviada pela negativa de suas sexualidades, ou seja, encaminhada para a repressão. Tratando da delimitação e deformação da energia feminina e masculina Greer (1971) distingue que, quanto aos homens, essa se converte em espírito de competição e agressão. Enquanto nas mulheres, esta é debilitada e destrutiva, visto que age sobre seu eu e é privada de alvos e de disponibilidade para se exercitar na realidade externa (GREER, 1971).

Recorrendo a Freud, Kehl (2017) também aponta a passividade e o masoquismo observado nas mulheres como expressão do recalque de sua agressividade, resultante da educação, das normas sociais e do seu constante retorno sobre o eu.

O corpo também se revela padecente do processo da subordinação feminina, de acordo com Biroli (2013) recorrendo a Beauvoir, a presença no mundo envolve a presença de um corpo, que é duplamente objeto e sujeito, elemento do mundo e ponto de vista acerca do mundo. Entretanto, quanto ao corpo a existência da mulher parece ser adaptada às necessidades do óvulo mais do que a si mesma, de modo que seu corpo é um elemento de sua alienação (BIROLI, 2013). No entanto, não são somente os aspectos da biologia que intervêm sobre os corpos das mulheres. Contextos econômicos, psicológicos, sociais e ontológicos fornecem um tipo de sentido aos dados da biologia e é a partir da submissão a leis e tabus que os sujeitos tomam consciência de si. Ademais, é devido a esses valores normativos e ideológicos que a relação entre sujeitos e corpo é regida (BIROLI, 2013).

Biroli (2013) propõe, ademais, que a sociedade, principalmente indivíduos com atribuições educativas e familiares seriam responsáveis por inscreverem na mulher um caráter de passividade. De modo que a experiência social dessas em relação a seu corpo engloba uma associação entre impotência física e aceitação de um lugar subalterno na sociedade. Ademais, aponta que, não possuir confiança no próprio corpo corresponde a não possuir confiança em si mesmo, e que sentimentos como a vergonha do próprio corpo conferem um nível de renúncia aos prazeres e à liberdade. Em contrapartida, relaciona a perspectiva masculina em relação ao corpo como a expressão objetiva de seu ser, em seu corpo, os homens localizam sinais de seu poder e transcendência, pois, entre outros, seus impulsos eróticos confirmam o brio que estes tiram do corpo (BIROLI, 2013). Assim, para as mulheres, o corpo se implica em sua condição como sendo experienciado e definido nas relações destas, sejam essas relações menos ou mais livres ou menos ou mais opressoras. De modo que constrangimentos e convenções sociais são experienciados por sujeitos efetivos que tomam forma e se definem relativamente a elas (BIROLI, 2013). Desse modo, propõe-se que as mulheres estão sujeitas, pelos diversos constrangimentos sociais, a padrões de condicionamento que dão forma à identidade mas, sem que esses sejam totalmente determinadores ou totalizadores de suas experiências (BIROLI, 2013).

Outro aspecto determinante da opressão feminina que se associa e evidencia pelo corpo é a opressão relativa à sexualidade. Mackinnon (1989) propõe que a sexualidade está intrinsecamente associada à dominação masculina, apontando, ademais, que os homens sexualizam a hierarquia. A autora atesta, ademais, que, quanto a práticas como assédio sexual,

prostituição, pornografia e abuso sexual de crianças, sua difusão e permissividade evidenciam o poder dos homens sobre as mulheres. Além de evidenciar a intrusão agressiva contra aqueles menos poderosos como um meio de gratificação sexual. Sendo as mulheres socialmente menos dotadas de poder e amplamente mais vitimizadas pelas práticas expostas anteriormente, demonstra-se o papel da excitação sexual como orientadora de violências e da masculinidade como efetivadora dessas práticas (MACKINNON, 1989).

Outro ponto levantado pela autora se refere ao fato de que o poder masculino detém autoridade, de modo que são os interesses masculinos que constroem o que são a sua sexualidade e a sexualidade feminina. Sendo, assim, esse poder que delimita as formas em que essas sexualidades são expressadas, reconhecidas e experienciadas (MACKINNON, 1989). Mackinnon (1989) expõe, ademais, que, na sexualidade, o erotismo, quando masculinizado define os imperativos da masculinidade, enquanto é a submissão erotizada que define a feminilidade. De forma que aspectos que caracterizam posições de inferiorização femininas, como servidão, restrição, aprisionamento, automutilação, humilhação, passividade, alta demanda por uma constante expressão de beleza, entre outros, se transpõem para as mulheres também como conteúdos sexuais (MACKINNON, 1989).

Bem como Mackinnon, Wolf (2018) também fornece uma perspectiva quanto ao erotismo feminino, o propondo como uma dimensão de fora para dentro, que é desenvolvida nas mulheres através de três principais pressões à sua sexualidade. Preliminarmente, distingue-se na infância feminina o fato das meninas geralmente não receberem cuidados íntimos dos pais. Em segundo lugar, prevalece a influência cultural que situa as mulheres externamente a seu corpo para se observarem apenas como objetos sexuais. Por fim, aponta o predomínio da violência sexual como inibidor do desenvolvimento orgânico da sexualidade feminina e como estabelecedor dos corpos masculinos como temíveis (WOLF, 2018).

Ademais, Wolf (2018) reflete que, nas meninas, sua energia sexual se direciona sobre elas mesmas e seus corpos. Entretanto, isto não ocorre em um sentido inquisitivo e explorador, mas, sim, em um sentido autocrítico e especulador. De modo que, através de uma perspectiva masculinizada do desejo, estas não aprendem a desejar o outro e sim a desejar serem desejadas. Isso ocorre através observação de seu sexo a partir do ângulo masculino, o que causa uma dissociação com seus corpos, que passam a ser distanciados e divididos em partes (WOLF, 2018). Outro aspecto determinante da opressão apresentado pela autora é a experiência feminina com algum tipo de violência de cunho sexual, visto que há uma ampla predominância dessa na vida de grande parte das mulheres, seja quanto à abusos sexuais, incesto, violência doméstica, pedofilia, entre outros. Ademais, Wolf (2018) aponta para a

vinculação desse tipo de violência com a beleza feminina, o que resulta em um temor quanto à esta, e gera nas mulheres uma ambivalência quanto à expressão física de sua sexualidade, visto que a sociedade representa seus trajés, posturas, movimentos, entre outros, como sendo de algum modo perigosos ou arriscados (WOLF, 2018).

Notamos, até aqui, que o estabelecimento das identificações femininas tem transcorrido extensamente ancorado em formas violentas e sistemáticas de opressão. Opressão essa que se estabeleceu ao longo da história de forma insidiosa e intimamente associada a períodos de desenvolvimento histórico e social. Além de ser codificada e julgada a partir de perspectivas masculinamente impostas e estabelecidas, o que insere obstáculos e interdições ao resgate feminino de suas vozes, experiências e posicionamentos. Entretanto, também nos foi possibilitado notar que diversos avanços estão sendo realizados relativamente à exploração desses desafios enfrentados pelas mulheres, de modo que, através dessa exposição fissuras sejam abertas e permitam a resignificação e emancipação femininas. Isso posto, consideramos que a experiência de construção identitária transpõe a experiência de gênero e se estende a questões sociais e econômicas, assim, nos dedicaremos agora a identificar e compreender como elementos identitários são influenciados por transmissões de valores imateriais, constructos socioeconômicos, entre outros.

CAPÍTULO 2

Neurose de classe e sofrimento psíquico

A nova carne viva repetia a velha por brincadeira,
éramos uma cadeia de sombras sempre
encenada com a mesma carga de amor, de
ódio, de vontades e de violência.

Elena Ferrante

A *neurose de classe* é uma proposta teórica, construída por Vincent Gaulejac (1987) que une aspectos psíquicos e sociais para compreender um tipo de sofrimento experienciado por indivíduos que se deslocam dentro dos contextos de classe. Dessa forma, o autor considera a internalização histórica como parte constituinte da identidade dos indivíduos. E, nesse sentido, vale-se, também do conceito de *habitus* para contextualizar uma espécie de programação histórica, geracionalmente transmitida e incorporada, que instrui o indivíduo quanto às maneiras de se comportar e ser socialmente (GAULEJAC, 1987). A potência de sua incorporação, então, se sustentaria pela suposição de que se trata de algo da ordem do natural, “inato” encontrando, dessa forma, a disponibilidade para se inscrever no psiquismo e no corpo dos indivíduos (GAULEJAC, 1987).

Desse modo, podemos apreendê-la como “História incorporada, feita natureza e, daí, esquecida como tal, o hábito é a presença atuante de todo o passado, do qual é o produto” (BOURDIEU, 1980, p. 94). Entretanto, Gaulejac (1987) também discute que a apreensão da historicidade, como parte intrinsecamente relacionada à subjetividade dos indivíduos, não representa uma crença em uma imutabilidade ou irreversibilidade psíquica quanto aos elementos historicamente absorvidos. Tendo o psiquismo humano a capacidade de se deslocar no eixo temporal, pode, sim, alterar sua relação com a história. Dessa forma, o autor propõe que a apreensão dos determinismos é uma forma de guiar a percepção sobre as possibilidades de um condicionamento histórico nas escolhas dos indivíduos. Entretanto, essas escolhas influem como um devir possível não um devir provável e sua identificação consciente viabiliza o indivíduo a um enfrentamento contestativo.

Gaulejac (1987) trata as relações e conflitos de classe, perpassados pela historicidade, como apoiados por uma relação de impositivo domínio cultural, orientado por parte de uma classe dirigente que administra a historicidade à vista de beneficiar e assegurar esse modelo em detrimento de outro, o dominado. Nesse sentido, a relação com a historicidade dos indivíduos que integram a classe dirigente não é em si conflituosa visto que sua conjunção

herdada é congruente com o papel social de classe que lhes é conferido. Ademais, esta é uma configuração assegurada também quanto à sua posição no sistema de distribuição antroponômica, assim estes participam e identificam-se com o fluxo social que os qualifica (GAULEJAC, 1987). Entretanto, isso não se apresenta da mesma forma para os que pertencem às demais classes, sendo que para estes há um antagonismo entre seus interesses subjetivos e seus interesses de classe: “no nível individual, a historicidade pode levá-los a mudar de posição no sistema de classe, enquanto, ao nível coletivo, a historicidade os conduz a transformar a relação entre as classes sociais” (GAULEJAC, 1987, p. 32).

A contribuição para uma busca individual de distanciamento de sua posição social inicial e pela possibilidade de exercer autonomia sob o próprio status na comunidade surge, na era moderna. A partir da diluição social de construtos que previamente ditavam as posições como praticamente imutáveis, por resultarem de “direito divino” ou hierarquia mantida por genealogia, como as monarquias (GAULEJAC, 1987). Dessa forma, Gaulejac (1987) introduz a ideia de projeto parental como integrante desse processo de deslocamento social. Esse projeto é constituído duplamente a partir da ideia de projeção – como uma atribuição do eu familiar para o indivíduo – e do ideal de um fim a ser alcançado em que o indivíduo é incentivado a aspirar sucesso social. Nesse sentido, Gaulejac afirma que se institui uma lógica ambivalente que acomoda o desejo dos pais de que o filho siga seus preceitos e se reencontre neles, ao mesmo tempo em que os supere, conquistando o que estes não puderam.

Conseqüentemente, constitui-se uma possibilidade de que essa lógica ambivalente resulte em uma alienação da família originária. Ademais, o estabelecimento de instituições surge com um papel elementar à vida dos indivíduos, submetendo-os a processos de seleção, avaliações, contratações, dentre outros. Garante-se, assim, a possibilidade de mobilidade social, entretanto, é uma possibilidade que fornece também inseguranças, visto que o posto conquistado pode também ser perdido ou retirado. Dessa forma, diversas instituições passam a organizar a adesão ao sistema de valor e o posicionamento dos sujeitos passa a ser individual, tendo em vista uma melhor adequação, ou melhor colocação (GAULEJAC, 1987).

Em congruência com o conceito de projeto parental trazido por Gaulejac (1987), os autores Hartmann e Schestatsky (2011) propõem o conceito Freudiano de *transmissão transgeracional* como parte constituinte das relações familiares. Essa transmissão parece permitir aos indivíduos, de certa forma, se despojarem do próprio fardo psíquico e partes alienadas se si, as ofertando ao outro da geração seguinte. A respeito da *transmissão transgeracional*, Freud avalia o seguinte, em Totem e tabu (1913/2012):

(...) podemos supor que nenhuma geração é capaz de esconder eventos psíquicos relevantes daquela que a sucede. Pois a psicanálise nos ensina que cada qual possui, em sua atividade mental inconsciente, um aparelho que lhe permite interpretar as reações das outras pessoas, isto é, desfazer as deformações que o outro realizou na expressão de seus sentimentos. (p. 155).

Desse modo, a subjetividade pode ser compreendida como constantemente perpassada pelo outro, tendo a transmissão transgeracional como co-formadora da subjetividade, ou seja, a relação individual é associada a um meio que lhe é ao mesmo tempo íntimo e estranho (PIVA, 2008). Nesse sentido, Piva (2008) afirma que, na perspectiva Freudiana, distinguem-se duas vias de transmissão. Sendo uma cultural, sustentando a continuidade geracional, e uma das proibições, ambas integrando o inconsciente, entretanto, reitera-se que este não é um processo passivo. O resultado dessas transmissões pode se expressar nos indivíduos de diversas formas, uma dessas sendo a *neurose de classe* e para tratar desta, Gaulejac (2017) recorre à trajetória de Annie Ernaux narrada em duas publicações feitas por ela mesma em 1974 e 1983. Em sua narrativa, Annie relata que, desde a infância, foi estimulada por sua família de classe baixa a ascender socialmente através do trabalho obstinado, e revela o consumo psicológico que esse percurso lhe cobrou em humilhações, feridas narcísicas e culpabilidade (GAULEJAC, 2017). Em sua experiência como recém chegada estudante a um colégio particular (ERNAUX, 1974 apud GAULEJAC, 2017) relata o despertar da culpabilidade, insuficiência e inferioridade atribuídos a ela através da condenação religiosa de seus aspectos sexuais.

Gaulejac (2017) postula que esses sentimentos de má educação, inadequação e pecaminosidade, condensam não apenas a suposta impureza de sua sexualidade, como, também, de sua classe, pois isso lhe é remetido por aqueles de classes socialmente superiores, considerados mais educados que ela. Nesse sentido, Gaulejac questiona a predominância da sexualidade como aspecto constituinte dos processos neuróticos, colocando em voga a relevância da ideia de que a neurose poderia também ser associada à situação social de dominação. A esse respeito, o autor ressalta que em situações como a de Annie, a frustração infantil se desenvolveria pela apreensão da dominação ou invalidação de seus pais. Portanto, em decorrência de sua pertença de classe, a criança distinguiria outros indivíduos que não necessitariam ter seus *habitus* manipulados, mas que os seus deveriam ascender àqueles, provocando no sujeito uma desvalorização narcísica.

Desse modo, novamente recorrendo à narrativa de Annie Ernaux, Gaulejac (1987) propõe, que a partir da tomada de consciência acerca da diferenciação entre as classes, e de que, dentro dessas, existe uma divisão entre “bom” e “ruim” e entre as pessoas “de bem” e as

outras. A jovem passa a crer que sua existência, sua família e todos os seus comportamentos, que antes via como legítimos e bons, agora revelam uma condenável inadequação e inferioridade. A dominação social, então, funcionaria nas bases da invalidação, sendo os valores das classes “superiores” tidos como modelos a serem imitados e os das classes inferiores como desprovidos de valor, ordinários e mantidos pela falta de educação (GAULEJAC, 1987). Apreende-se, assim, que as relações de classe são perpassadas por processos de anulação e valorização, podendo associar-se diretamente a sentimentos de inferioridade e superioridade (FEITOSA et al, 2012).

A partir dessa percepção surgem os conflitos em Annie, a princípio o ódio por essa classe superior que a subjuga, entretanto este precisa ser reprimido, pois os valores paternos lhe exigem que seja “uma pessoa direita”. Logo esse sentimento se torna revolta, contra os pais, os “culpados” por sua inferioridade, de modo que a solução para esse conflito passa a ser a internalização desse novo modelo tido como superior. Para isso, é preciso que ela se afaste dos pais, que se desidentifique por meio do ódio e do desprezo, e à medida que esse ódio cresce, aumenta também a culpa. Assim, Annie se vê encarcerada pela dissonância causada pela contradição entre tentar satisfazer o narcisismo dos pais, obtendo sucesso, enquanto, para isso, precisa se dissociar deles. Necessitando, portanto, internalizar um novo modelo composto por ideais e pessoas em todos os sentidos opostas a eles e que desprezam tudo o que os define (GAULEJAC, 1987).

A respeito desse trabalho de desligamento, Gaulejac (1987, p. 62) se refere à “Desincorporação dos *habitus*: (...) mudar seus modos (...) É preciso "esquecer as maneiras, as ideias e os gostos" do meio parental para adquirir os da burguesia intelectual e acessar, assim, o "saber-fazer" e "bem-estar" que caracterizam a cultura das classes dominantes”

Desse modo, Gaulejac (1987) entende os registros inconscientes do Édipo e a fantasia narcísica dos pais sobre o filho como resultados da internalização do ideal do Eu e do registro da realidade social formando, assim, uma dinâmica interdependente. Dessa forma, a intensidade desses processos se explica por sua coexistência, e esse reforço e sustentação recíprocos formam a estrutura conflituosa da neurose que se alimenta do próprio funcionamento, sustentando essa dinâmica de desprezo, desejo e culpa.

Para elucidar sobre o processo de internalização da *neurose de classe*, Gaulejac (1987) propõe um sistema composto por 3 elementos, sendo estes: 1) “Apoio recíproco das contradições”; 2) “Desenvolvimento da culpa” e 3) “Mecanismos de defesa”. O elemento de apoio recíproco das contradições corresponde ao conflito de identificação impelido pela apreensão de *habitus* e modelos de identificação opostos em que um é valorizado em

detrimento do outro. Daí resulta um conflito de identificação, o indivíduo tenta se ajustar ao modelo proposto pelo ideal do Eu (“ser uma pessoa correta”) ao mesmo tempo em que questiona as exigências do Superego (“Honrarás pai e mãe”). Ademais, aqueles que apreende como referência de “pessoas corretas” lhe refletem, entre outros, a vulgaridade, subserviência e insignificância de seus pais. E, além desses, os próprios pais partilham do reforço dessas contradições, pois respondem aos processos de dominação e invalidação com resignação e idealização. Assim, compartilham com a criança suas próprias contradições entre desejar que ela realize o que eles não puderam, e temer que, assim o fazendo, ela se torne uma estrangeira, se distanciando deles (GAULEJAC, 1987).

Já a respeito do elemento de desenvolvimento de culpa, Gaulejac (1987) propõe que, no movimento entre sentir-se culpada por não satisfazer o ideal socialmente proposto por professores, colegas, entre outros, bem como pelos pais. Surge na criança o temor de que não mantenha ou seja mais capaz de manter pelos pais sentimentos de amor suficientes. Assim, nesse processo entre sentir-se mal com aqueles que a compelem a desprezar seus primeiros objetos de amor, e com estes mesmos que seriam os culpados por sua inferioridade e humilhação, configura-se a *neurose de classe*. Diante disso, o sujeito se aflige com uma carga agressiva que, diante da ambivalência, joga sobre si mesmo. Desse modo, Gaulejac afirma que é o seu próprio Eu que passa a ser percebido como odioso.

Por fim, tratando dos mecanismos de defesa, Gaulejac (1987) os compreende como propostas regulatórias e mediadoras para as várias contradições que a criança experiencia. A esse respeito, aponta como exemplo desses mecanismos o trabalho e o estudo obstinados. Através do esforço e sucesso escolar, a criança vislumbraria um equilíbrio entre si e aqueles que a invalidam, pois, ao superá-los, ela teria a oportunidade de lhes devolver o desprezo por eles recebido. Essa forma de canalização de agressividade lhe permite uma validação de sua identidade, e, assim, ela afirma sua existência e obtém um inegável reconhecimento social. No entanto, ressalta Gaulejac, a coexistência entre os *habitus* desses dois mundos, que o sujeito tenta fragilmente conciliar, resulta em uma clivagem do Eu.

Diante disso, Souza (1983), tratando da experiência de invalidação social de indivíduos negros, elucida que um processo semelhante de busca por ascensão irrompe como possibilidade para esses indivíduos marginalizados. Como um projeto de dignificação, estes buscam se assemelhar ao modelo de “respeitabilidade” sendo este composto por ideais brancos, desse modo, se afastando de sua identidade originária. Assim, estes adentram um processo ambíguo que lhes fornece incentivos e bloqueios para alcançar esse lugar e, dentro dessa ambivalência, lhes fragmenta a identidade, apaga seu orgulho e desconstrói a

solidariedade do grupo (SOUZA, 1983). O resultado, portanto, é um fechamento em si como tentativa de sustentar uma unidade coesiva, pois seus recém adquiridos *habitus* o afastam de sua família, que não compartilha deles ou não os entende e, no meio oposto, permanece condenado ao isolamento, visto que a ele também não pertence (GAULEJAC, 1987).

Em “Sofrimentos sociais em debate”, Carreteiro (2003) discorre acerca da censura imposta pelos próprios sujeitos a seus sentimentos de invalidação e menosprezo e sobre a inexistência de suportes na sociedade capazes de auxiliar a expressão destes, resultando, assim em um silenciamento dos afetos ou invisibilização do sofrimento. Posteriormente, tratando sobre a vergonha, Carreteiro a distingue entre a ação do que a subordina, ou seja, impõe dominância e poder, e aquele a quem a vergonha pretende barrar, submetendo-o a uma interiorização de alto custo psíquico, da qual a única forma de evitar a fragmentação é encerrando-se em si mesmo. Assim, a respeito dos efeitos da opressão da consciência tanto a nível individual quanto ao social, Albornoz (2011) afirma:

A opressão da consciência singular instaura o processo de opressão da consciência universal. A dominação sobre uma totalidade de consciência, lesada e ofendida sua singularidade no processo de reconhecimento, atinge o “todo”: a humanidade da humanidade, o “ser ideal do mundo”. Na luta entre as consciências singulares, no seu confronto, reconhecimento e lesão, não está em jogo apenas a singularidade de cada consciência, mas a consciência universal. Particular e universal são os dois pólos de uma mesma linha curva e retesada (p. 130-131).

Nesse sentido, Gaulejac (1987) afirma que esse conflito interno do indivíduo e a tentativa de enfrentar a coexistência desses mundos o propela a uma divisão, como um “EU” cortado ao meio. Um lado mantém o desejo de assimilar a elite, pois estes representam a cultura legítima, de outro, mantém-se o apego com o grupo de origem, no qual, apesar de passar a ser visto como “estrangeiro”, também se torna motivo de orgulho. Ademais, ainda que perpassado pelo processo de assimilação dos novos *habitus*, não há uma dissociação completa daquele geracionalmente adquirido.

Lima e Lima (2020) apontam para a contínua ilusão que concerne à construção da identidade. E recorrem a Freud para invocar o constante movimento de construção identitária a partir de elos de identificações anteriores, que são preservados, e a integração de sucessivos discursos advindos de novas instituições nas quais o indivíduo se introduz. Ademais, novamente evocando Freud, expõem que este destaca a repressão de impulsos agressivos como parte do pacto social ao qual os indivíduos se submetem em busca de acolhimento e um posterior acesso à felicidade. Ademais, indicam que uma renúncia à satisfação libidinal,

também pode participar desse pacto, contanto que se tenha em vista algo substitutivo (LIMA & LIMA, 2020).

Para mais, referem a frustração como um dos múltiplos possíveis elementos desencadeadores da neurose e do sofrimento psíquico (LIMA & LIMA, 2020). Destacando que esta irrompe quando há a retirada de um objeto real, investido e desejado pelo sujeito e este busca, porém não encontra um substituto. Assim, ocorre uma exacerbação da tensão psíquica e em muitos casos até mesmo a busca por um objeto de investimento e descarga se prova inexecutável. Desse modo, uma tentativa do indivíduo de se adequar à realidade e satisfazer suas demandas, o posiciona em um âmbito de intransponíveis dificuldades internas. Ademais, para o sujeito, a desvalorização narcísica também é sentida quando ocorre uma desautorização e desvalorização de suas figuras de identificação ou quando sua imagem lhe é refletida, por parte de outros, como negativa. Assim, a acumulação dessas frustrações e ataques ao eu resultariam em um déficit narcísico (LIMA & LIMA, 2020).

Ainda tratando a respeito da profusão de aspectos referentes à identificação, identidade e sofrimento psíquico, os autores refletem sobre uma potencialidade melancólica, resultante da perversidade da exclusão social (LIMA & LIMA, 2020). Relativamente a essa, Lima e Lima (2020) exploram os resultados de pesquisas e estudos de Violante, que constataram, através de narrativas de jovens e crianças em situação de vulnerabilidade e com histórico criminal, a presença da melancolia relacionada à humilhação e à ruptura do contrato narcísico. A ação dessa melancolia se evidenciou nas narrativas desses jovens através de aspectos como baixa autoestima, demandas de identificação e amor dirigidas a um outro idealizado, negação de sentimentos hostis e da frustração, carência dirigida contra si mesmo para existir conforme a oferta do outro, dependência de suprimentos narcísicos provenientes de fora, agressividade autodirecionada, entre outros (LIMA & LIMA, 2020).

Relativamente aos estudos e pesquisas mencionados anteriormente, Lima e Lima (2020) comunicam que os indivíduos observados e entrevistados eram vítimas de um rompimento do contrato narcísico e de humilhação social. De modo que todos apresentavam algum nível de sofrimento psíquico e social, além de serem socialmente modelados pela idealização de um discurso que anula aqueles que dele divergem.

A respeito da violência e humilhação social, Gaulejac (2006) afirma que essa combinação ocasiona uma ruptura identitária, devido ao confronto entre duas exigências existenciais contraditórias, em meio às quais o sujeito é atirado. Nesse sentido, aponta a identidade como dialeticamente conflituosa, pois representa o embate entre o pertencimento e a indissociabilidade. Sendo que o pertencimento se refere a integrar um conjunto de classe,

familiar, grupal, étnico, entre outros e a indissociabilidade concerne ao reconhecimento como ser singular dentro de sua comunidade. De modo que esse conflito é capaz de investir os indivíduos em uma hierarquia estigmatizante, que confere valor às coisas e às pessoas, mas também rebaixa, desvaloriza, exclui e anula, a esse respeito Gaulejac (2006) afirma:

A vergonha surge quando esses processos identitários são perturbados, deixando o sujeito em extrema confusão entre o que é no olhar dos outros e para si mesmo. É este o caso quando é submetido a uma injunção paradoxal que o obriga a se afirmar como diferente de seus semelhantes. Essa ruptura identitária é a consequência de situações de poder que engendram a rejeição e a estigmatização: “Que ligação poderia haver se não o social, entre as diversas ‘vergonhas’, tais como ter outra origem, outra cor, ser órfão, ter sotaque, a vergonha de ser pobre, desempregado, feio, impotente, doente, filho de pai decaído, filha de mãe malvestida etc. Em suma, ser ‘outro’, olhado de cima pelos outros (p. 67).

A história pessoal é, portanto, perpassada tanto por conflitos da história familiar quanto por contradições da história social, de forma que relações e classes sociais, comportando seus antecedentes, compõem a história pessoal (LIMA & LIMA, 2020). Assim, os conflitos do indivíduo estão submetidos às contradições da história de seu grupo e ao terreno social onde se ancoram seus processos identitários (LIMA & LIMA, 2020). Ademais, os autores aludem à incompletude de uma análise do sofrimento social como unicamente resultante de um sofrimento psíquico. E indicam o sofrimento etnopolítico como integrante deste, na medida em que resulta da dor das iniquidades às quais determinados indivíduos são expostos. Quanto a esses sujeitos, recorrem a Gaulejac para demonstrar que se tratam majoritariamente de pessoas que integram as categorias sociais de maior subalternidade e que, portanto, experienciam as mais pungentes humilhações e desvalorizações que os levam a se simbolizarem como inadequados e ordinários dispensáveis à sociedade (LIMA & LIMA, 2020).

Gaulejac (2006) traz, ademais, a ideia de dilaceramento, que ocorre quando o indivíduo vive um antagonismo radical entre sua realidade e o que desejaria ser. Desse modo, este é isolado entre o não pertencimento, pois não sabe que lugar ocupar. E, se tenta se igualar, alegam-lhe que é indigno, mas, se aceita sua indignidade, isso opera como justificativa para rejeição que sofre. Assim, se o sujeito decide renegar uma parte de si em benefício da assimilação, justifica que essa parte é, de fato, indigna ou opta por honrar o que é e precisamente por isso é rejeitado. Portanto, a *vergonha* emerge, também, da custosa escolha entre trair suas origens ou aceitar sua decadência e posição como indivíduo diferente e rejeitado (GAULEJAC, 2006).

Nesse sentido, perscrutando Carreteiro, os autores Lima e Lima (2020) exploram dois imaginários proeminentes que participam da configuração de identidades. O primeiro se refere à excelência, sendo este um ideal que abarca a perfeição e a auto superação e é acompanhado por valores relativos à carreira, poder, inserção, mobilidade, entre outros (LIMA & LIMA, 2020). Quanto a esse, referem que é uma lógica que encaminha os indivíduos para uma docilidade que os submete à busca por perfeição na aparência, sexualidade, alimentação, produtividade, entre outros, e que os direciona à um empenho por prestígio social e ascensão (LIMA & LIMA, 2020).

Já a contraposição desse determina o segundo imaginário, a inutilidade. Este, na contramão do primeiro, é regulado por um senso de fracasso, estagnação, desqualificação, exclusão e vergonha (LIMA & LIMA, 2020). Sendo que os indivíduos submetidos a ele possuem poucos suportes objetivos, sociais e familiares e, portanto, dispõem de fracas possibilidades de formarem táticas individuais de resistência e transformação de suas conjunturas. Os indivíduos regulados pelo segundo imaginário experienciam a existência pela falta, sendo mais propensos a experimentar sofrimentos sociais capazes de estabelecer marcas psíquicas com insuficiente ou nenhuma visibilidade social, o que resulta em uma desfiliação social (LIMA & LIMA, 2020). Ademais, quando essa falta se estabelece como elemento da identidade do sujeito, se instaura neste a sensação de que sua existência é recusada e de que ele deve buscar se diferenciar de seus semelhantes, ou seja, de todos com quem compartilha a mesma condição de anulação social (GAULEJAC, 2006).

Podemos explorar essa condição de anulação social compartilhada por múltiplos membros da sociedade, através do conceito de estigmatização proposto por Erving Goffman. Goffman (2016) determina o estigma como referente a uma atribuição negativa de uma característica apresentada por um sujeito. No entanto, não é o atributo em si, mas, sim a linguagem das relações que o define como depreciativo (GOFFMAN, 2016). A depreciação de características individuais e grupais, vitimiza sujeitos e os leva a se identificarem com dispositivos que simbolizam rejeição, dejeção e sujeira, ou seja, esses maus tratos os levam a perceberem-se como maus (GAULEJAC, 2006).

Portanto, o olhar estigmatizante lança os sujeitos em um confronto com a imagem que lhes é atribuída por outrem e, em meio a essa violência, este se empenha para afastar-se dela. Entretanto, essa iniciativa o coloca em um lugar de desarranjo, agressão e inadaptação, assim, os âmbitos de assistência se mostram também como âmbitos de exclusão (GAULEJAC, 2006). Desse modo, é improvável que o sujeito seja capaz de sobrepujar o estigma, “Portanto, ele se identifica com este olhar. Ele vê a si mesmo como os outros o vêem. Ele internaliza esta

visão de si mesmo e chega a evitar todo olhar, até mesmo o seu próprio, na tentativa de fugir a esta estigmatização anulante” (GAULEJAC, 2006 p.77).

No entanto, essas violências podem desencadear no indivíduo uma ambiguidade e, em meio a esse tormento, essa pode fornecer ao sujeito uma defesa (GAULEJAC, 2006). A ambiguidade pode representar, para os indivíduos estigmatizados, um escape aos conflitos. Uma vez que o sujeito pode oscilar entre uma posição passiva de resignação e uma posição ativa de reação à violência, ou seja, pode adentrar um estado de adaptação à uma realidade deplorável mas que lhe permita defender-se minimamente (GAULEJAC, 2006).

Entretanto, apesar da ambiguidade muitas vezes atuar como obstáculo para uma impecável disseminação da violência estigmatizante, persistem outros aspectos desencadeadores de sofrimentos psíquicos e sociais. Entre eles, destaca-se a *vergonha*, sentimento capaz de ferir a identidade, em razão da destruição ou fragilização das referências a partir das quais o sujeito se estabelecia diante dos outros e de si mesmo (GAULEJAC, 2006). Quanto a esta, Gaulejac (2006) a determina como resultante de uma humilhação, seja num contexto pessoal, seja numa assimilação anuladora à comunidade a que se pertence. Logo, o estímulo é externo, e a ele se sucede a internalização psíquica, constituindo, assim, um vestígio que se agrega ao sujeito, e permanece mesmo após o cessamento daquela humilhação (GAULEJAC, 2006):

Há aqui um ciclo auto-inibidor no qual a impotência do sujeito alimenta o ódio. Ele tem vergonha de não poder ou não saber reagir. Tem vergonha de sua incapacidade e de sua impotência porque elas vêm confirmar seu sentimento de nulidade, de desvalorização e de indignidade. No fim das contas isso justifica a humilhação e o desprezo. (...) O que no início era uma violência externa é retomado no funcionamento psíquico. O sujeito reassume a responsabilidade pela anulação de que foi objeto. Há, portanto, internalização do julgamento do outro, que inibe toda a capacidade de reação. (p. 59-60)

Assim, ao ser confrontado com duas exigências existenciais contrárias e produzidas por violências humilhantes, ocorre no sujeito uma ruptura identitária. E, quando seus processos identitários são perturbados e o sujeito se vê desorientado acerca do que é no olhar dos outros e o que representa para si mesmo, assoma-se, assim, a vergonha (GAULEJAC, 2006)

Albornoz (2011) entende que os indivíduos ontem e hoje, apesar de o fazerem de formas diferentes, tentam avaliar e conquistar “valor” social e que essa forma organizadora de valorização submete a sociedade a um conflito cultural. Sendo que a dinâmica da estima social se conduz pela elevação social das características e valores que determinado grupo representa. Nesse sentido, com o enaltecimento de alguns membros viria a desvalorização de

outros. Assim, na tentativa de enfrentar esta questão, Albornoz (2011) compreende a solidariedade como: “uma relação interativa em que os sujeitos tomam interesse, de modo recíproco, por seus modos distintos de vida, já que se estimam de maneira simétrica” (p. 141). Portanto, entre os sujeitos individualizados, estimar-se simetricamente, representaria uma consideração recíproca, à luz dos valores que assinalam as capacidades do outro como significativas para a ação comum.

Em conclusão, a compreensão dos destinos individuais, pode se desvelar a partir de reflexões acerca da introjeção de aparatos sócio-históricos, geracionalmente transmitidos, adaptados e modificados. Assim, tem-se os indivíduos como duplamente produtores e produto desses sistemas de disposições e, portanto, também da história. Uma história que se configura, dentre outros aspectos, através de relações de força desiguais e, desses conflitos de força, se constituem dimensões psíquicas que compõem os sujeitos. Permite-se, deste modo, entender que, compreender as articulações da história que antecede os indivíduos, não viabiliza aos sujeitos alterá-la, mas pode abastecê-los de autonomia para alterar sua relação com ela.

CAPÍTULO 3

As meninas geniais: história de quem foge e de quem fica

Sim, nem eu nem Lila nunca seríamos como a
menina que tinha ido esperar Nino na saída da escola.
Faltava a ambas algo de impalpável, mas
fundamental, que ela demonstrava ter só de vê-la de longe
e que ou se tinha ou não se tinha
Elena Ferrante

A *Tetralogia Napolitana* da autora italiana que mantém sua identidade oculta e assina com o pseudônimo de Elena Ferrante, é um conjunto de obras literárias que retrata a história de duas amigas, Elena Greco “Lenú” e Rafaella Cerullo “Lina” ou “Lila” como é chamada exclusivamente pela narradora. Essa obra, dividida em quatro volumes, abarca os livros: *A Amiga Genial* (2015); *História do Novo Sobrenome* (2016); *História de Quem Foge e de Quem Fica* (2016) e *História da Menina Perdida* (2017). A protagonista Lenú reconta sua história de vida ao lado da amiga Lila, ambas nascidas em um bairro pobre de Nápoles, em uma violenta e opressora Itália pós segunda guerra mundial. Nesse cenário, ambas sonham juntas a possibilidade de superação de suas condições originais de subserviência, miséria e interditos e fantasiam que, à semelhança da autora de *Mulherzinhas*, conseguirão enriquecer ao escreverem juntas um romance.

Entretanto, apenas Elena traça uma trajetória contrária ao destino social dos habitantes daquele bairro. Quando crianças, ambas as amigas exibiam grandes talentos acadêmicos, Lila possuía uma inteligência crítica, intuitiva e acima da média, enquanto que Lenú apresentava grandes capacidades de assimilação e uma diligência metódica que a impeliavam a buscar acompanhar a amiga. Entretanto, apesar do sucesso escolar alcançado por ambas, apenas Lenú obtém concessão familiar para seguir os estudos além do ensino primário. Assim, ao adentrar sozinha na escola média e posteriormente no liceu e entrar em contato com uma esfera social previamente alheia a seu conhecimento, o desprezo de Elena pelo *habitus* que caracteriza sua origem a impeliam a buscar distinguir-se completamente dessa. Em determinado momento do primeiro volume, lemos o seguinte diálogo de Lenú com a professora: “ ‘Você sabe o que é a plebe?’ . ‘Sim, professora’ . O que era a plebe eu soube naquele momento (...). A plebe éramos nós” (FERRANTE, 2015, p. 330). Desse modo, a protagonista busca modelos identificatórios em indivíduos que ocupem posições sociais elevadas, como seus professores e conhecidos. Ela se aproxima, especialmente, de Nino Sarratore, um colega que havia deixado o bairro

ainda na infância e “Sabia entrar e sair do bairro quando queria, sem se deixar contaminar” [...] “Nino sim, podia tudo: tinha o rosto, os gestos, o andar de quem faria sempre melhor. Quando foi embora tive a impressão de que desaparecera a única pessoa que tinha energia suficiente para me tirar dali” (FERRANTE, 2015, p. 330-331). Assim, mimetizando Nino, Lenú impõe, diligentemente e com extremo rigor, uma dedicação em seus estudos, tendo estes como sua única oportunidade para alcançar seus objetivos e distanciar-se de sua ascendência: “Descobri que tinha considerado a publicação daquelas poucas linhas, de minha assinatura impressa, como um sinal de que eu tinha um destino, que o estudo com certeza me conduziria para cima” (FERRANTE, 2015, p. 330).

Contudo, sua busca por afastamento da condição social originária não a desvincula totalmente dela ou de sua posição como mulher numa Itália nutrida de um machismo penetrante. Assim, suas relações com sujeitos – principalmente homens – de classes sociais superiores são permeadas pela sujeição e pela pretensão de sempre agradar. Podemos destacar o namoro com Franco Mari, um rico colega de universidade, em quem Elena, já adulta e vendo-se sozinha em Pisa, encontra um modelo identificatório para assimilar. Ela entrega-se a ele, permitindo-lhe que a instrua sobre o que deve ler, pelo que deve lutar, o que vestir e quais hábitos cultivar: “Ele dava muita importância ao que chamava de minha reeducação, e eu me deixava reeducar de bom grado” (FERRANTE, 2016, p.262).

Nota-se, ademais, que o diligente empenho em prol da instrução empregado por Elena também se ancorava em uma aspiração por agradar e transmitir uma “boa imagem”. Greer (1971) compreende essa busca como resultante de um perverso desvio da energia da mulher em favor de uma conformidade masculinamente imposta que é perpetuada mesmo nos mais instruídos ambientes. Assim, meninas e mulheres despendem muito mais energia tentando se apresentar da melhor forma, serem as mais pontuais e assíduas e as mais capazes de cumprirem exigências do que com uma exploração inquisitiva e curiosa acerca dos assuntos estudados (GREER, 1971). Esses elementos demonstram que a narrativa de Ferrante comporta aspectos que ressaltam elementos da dominação masculina e da neurose de classe proposta por Gaulejac que justificam a análise que será empreendida neste capítulo. Assim, buscaremos aqui analisar a narrativa textual da *Tetralogia Napolitana* através dos elementos teóricos discutidos nos capítulos anteriores.

Os livros de Ferrante acompanham as personagens por seis conflituosas décadas e, apesar de se tratar de quatro livros, a história se divide em oito segmentos narrativos, sendo estes: Prólogo, Infância e Adolescência, contidos em “A amiga genial” (2015); Juventude, retratado em “História do novo sobrenome” (2016); Tempo intermédio, desenvolvido em

“História de quem foge e de quem fica” (2016); e, por fim, Maturidade, Velhice e Epílogo retratados em “História da menina perdida” (2017).

No Prólogo, que corresponde à fase de velhice das protagonistas e se situa por volta de 2010, conhecemos a circunstância propulsora do início desta produção textual de Lenú. O evento catalisador é o desaparecimento voluntário de Lila que é comunicado a Lenú pelo filho da amiga. A compreensão da intenção de sua amiga de desaparecer sem deixar qualquer vestígio físico de sua existência, para além das memórias daqueles com os quais conviveu, reacende em Elena uma velha particularidade de sua amizade – a ambígua dança entre rivalidade e um profundo amor que havia entre elas. Assim, Elena decide não permitir que Lila conquiste aquilo que almeja, pois entende que “Seu objetivo sempre foi outro: queria volatilizar-se, queria dissipar-se em cada célula, e que ninguém encontrasse o menor vestígio seu” (A amiga genial [AG], 2015, p.15) e dá início a mais uma disputa comum a seu relacionamento. Através da escrita, decide contrariar o desejo da amiga e recontar sua história com abrangência de detalhes, intentando contrariá-la e, também, atraí-la de volta, movida pela cólera de ser exposta por Lenú.

Em publicação acerca das mulheres na cultura e na sociedade, Cixous, Cohen e Cohen (1976) afirmam que as mulheres devem se inserir em seu próprio texto, escrever sobre si mesmas e sobre outras mulheres. Apontam, ademais, que as mulheres foram violentamente afastadas da escrita, assim como de seus corpos, e indica que isso se deu pelos mesmos nefastos motivos e leis, entretanto, instrui que o vínculo com essa opressão deve ser rompido e a escrita é um meio para realizá-lo (CIXOUS; COHEN; COHEN, 1976). Essa análise corrobora com o estudo realizado por Teixeira e Lima (2020) acerca da literatura gótica escrita por mulheres e em como a possibilidade de ler e escrever sempre foi limitada às mulheres. A escrita assume um ponto central na *Tetralogia Napolitana*, em primeiro lugar, toda a história é uma narrativa produzida por uma das protagonistas. Ademais, como posto anteriormente, já na infância ambas as protagonistas sonhavam em alcançar sucesso com a escrita de um livro, além disso, ao longo da história a produção escrita das protagonistas age como motriz para diversos movimentos da narrativa. Seja o livro *A fada azul*, escrito por Lina na infância e cuja escrita permaneceu relevante e inscrita em Lenú até sua vida adulta, ou os livros publicados por Elena e suas várias publicações políticas para jornais relevantes que a lançam para um novo patamar social.

Pensando na representação feminina na escrita, Teixeira (2019) postula que esta constrói, estabiliza e projeta a identidade social em sistemas que se definiram de forma cultural e histórica. Ademais, aponta que há uma notável correlação entre as representações e

as ordens genealógicas e discursivas da época em que são produzidas (TEIXEIRA, 2019). Para mais, quanto à escrita de autoria feminina, esta indica que as mulheres buscam, através dos personagens, questionar e contestar as posições socialmente ocupadas por indivíduos dos sexos masculino e feminino. Além de tratar das batalhas femininas em busca de alcançar reconhecimento, espaço e uma reformulação social de sua identidade como categoria (TEIXEIRA, 2019).

Teixeira (2019) evidencia que, nos âmbitos cultural e literário, a experiência feminina sempre teve sua importância reduzida. E, quando sua existência era retratada, eram-lhe destinados predominantemente papéis de criatura ou musa. As mulheres eram continuamente distanciadas do processo de criação, necessitando, assim, lutar contra inseguranças, ansiedades e incertezas quanto a seu papel para então transgredir as limitações que lhes eram impostas e deixar um legado capaz de desestabilizar representações simbólicas reguladas pelo patriarcado (TEIXEIRA, 2019). Ademais, propõe que a escrita feminina evidencia conceitos nucleares de discurso e ideologia, na medida em que incorpora dimensões simbólicas que visam manifestar o que foi silenciado e inferiorizado nas sociedades (TEIXEIRA, 2019).

A simbolização narrativa do silenciamento e inferiorização femininos, são aspectos centrais na obra de Ferrante. Através da escrita, a autora busca desvelar os aspectos da violência e negligência do contexto brutal em que viviam “Vivíamos em um mundo em que crianças e adultos frequentemente se feriam, o sangue escorria das chagas, que depois supuravam e às vezes se acabava morrendo” (AG, 2015. p. 24). Ademais, aponta que essa violência, que em muitos sentidos era geral, também operava como forma de retaliação contra a expressão da competência feminina:

(...) Podia morrer principalmente se levasse uma pancada na têmpora. A têmpora era um ponto fragilíssimo, estávamos todas muito atentas a ela. Bastava uma pedrada, e as pedradas eram a norma. Na saída da escola um bando de meninos do campo, liderado por um que se chamava Enzo ou Enzuccio, um dos filhos de Assunta, a verdureira, começou a nos atirar pedras. Sentiam-se ofendidos pelo fato de que éramos melhores do que eles. (AG, 2015, p. 25)

A violência também demarcou a ruptura das trajetórias das amigas, como exposto anteriormente, Lila, diferente de Lenú, foi impedida de seguir para a escola média “Estudar? Para quê? Por acaso eu estudei?” “Não” “E você? Estudou?” “Não.” “Então por que sua irmã, que é mulher, precisa estudar?” (AG, 2015. p.62). Acerca da educação fornecida às mulheres, Kehl (2017) aponta para um artifício da dominação masculina que consiste em lhes impor o cumprimento de um destino alegadamente naturalmente designado. Destino este que

comporta única ou majoritariamente espaços familiares e domésticos, de modo que o único propósito destas se torna a maternidade, e toda a sua educação deve corresponder a esse propósito. Essa proibição, entretanto, desencadeou em Lila extrema revolta e, subsequentemente, múltiplos embates familiares, entre eles, destaca-se um particularmente violento e que demarcou a rompimento final da moderada equivalência entre as amigas:

Tínhamos dez anos, dali a pouco faríamos onze. Eu estava ficando cada vez mais robusta, Lila continuava baixinha, magérrima, leve e delicada. De repente os gritos cessaram e, instantes depois, minha amiga voou pela janela, passou por cima de minha cabeça e tombou no asfalto às minhas costas.

Fiquei de boca aberta. Fernando apareceu e continuou gritando ameaças horríveis contra a filha. Ele a arremessara da janela como se fosse uma coisa.

Olhei para ela estarecida, enquanto tentava erguer-se e me dizia com um trejeito quase brincalhão:

“Não aconteceu nada.”

Mas estava sangrando, tinha quebrado um braço (AG, 2015, p. 76).

Pouco tempo após o episódio de agressão à Lila e do fim de suas disputas familiares acerca de sua educação, os estudos de Lenú na escola média se iniciaram e os caminhos das amigas se apartaram. Na escola média, Lenú enfrentou dificuldades, reprovou em algumas disciplinas e duvidava de suas capacidades. Entretanto, após ser convocada por Lila para estudarem juntas através dos livros de Lenú, ela recupera a energia que a havia estimulado tantas vezes enquanto estudavam juntas no ensino básico ou se aventuravam pelo bairro. Assim, após um eufórico período de estudos ao lado da amiga, Elena foi aprovada com excelência e, posteriormente, através da interferência de uma professora, foi autorizada a prosseguir nos estudos no ginásio.

Nos primeiros meses do ginásio, Lenú experimenta uma vivência de inquietação e de fútil dispêndio energético, apreendidos por Greer (1971) como recorrentes na vida de meninas submetidas à dominação masculina: “Nos primeiros meses vivi minha nova vida escolar em silêncio, os dedos sempre na testa e nas faces devastadas de acnes” (AG, 2015, p. 150). Greer (1971) aponta essa inquietante vergonha relativa à própria imagem, como resultante de uma erosão da personalidade da menina. Ademais, afirma que esta inquietação se torna mais notável durante o período da puberdade, e pode se apresentar como retraimento, timidez, ensimesmamento, entre outros aspectos. Também aponta que seus desejos fortes, principalmente no que diz respeito à sexualidade, sendo socialmente obscurecidos, tendem a dissipar-se em fantasias passivas (GREER, 1971). Relativamente à Elena, podemos pressupor

como uma expressão dessas fantasias passivas, seu desejo de conquistar um namorado, que encobre o real objetivo de nivelar-se na competição intensa e dissimulada que mantém com Lila e tentar confirmar seu valor: “Vivia aterrorizada pelo fracasso na escola, pela sombra esconsa de minha mãe descontente, pelos olhos duros da professora Oliviero. No entanto, àquela altura eu tinha apenas um pensamento verdadeiro: encontrar um namorado, e logo, antes que Lila (...)” (AG, 2015, p. 151).

No decorrer do primeiro livro, Lenú, já no liceu, alcança seu objetivo de encontrar um namorado, já Lila, dá um passo adiante, e encerra o primeiro livro como uma mulher casada. O casamento de Lila, além de conturbado por diversos conflitos narrativos, atua como um agente inflamante para as relações interpessoais dos personagens e também age como catalisador da percepção da dissociação entre os mundos de Elena, causada por seu incipiente deslocamento social:

Foi durante aquele percurso rumo à rua Orazio que comecei a me sentir claramente uma estranha, infeliz por meu próprio estranhamento. Eu tinha crescido com aqueles rapazes, considerava seu comportamento normal, a língua violenta deles era a minha. Mas seguia cotidianamente, já há seis anos, um percurso que eles ignoravam por completo, e que eu, ao contrário, trilhava de modo tão brilhante que chegava a ser a melhor. Com eles eu não podia usar nada daquilo que aprendia diariamente, tinha que me conter, de alguma maneira me autodegradar. O que eu era na escola, ali era obrigada a colocá-lo entre parêntesis ou a usá-lo à traição, para intimidá-los. Me perguntei o que estava fazendo naquele carro. Ali estavam meus amigos, certo, ali estava meu namorado, estávamos indo à festa de casamento de Lila. Mas justamente aquela festa ratificava que Lila, a única pessoa que eu sentia ainda necessária malgrado nossas vidas divergentes, não nos pertencia mais, e, com sua retirada, toda mediação entre mim e aqueles jovens, aquele carro correndo por aquelas ruas, se exaurira (AG, 2015. p.320).

Gaulejac (1987) afirma, a respeito do deslocamento social, que este pode acarretar uma série de conflitos, sejam estes ideológicos, culturais, políticos ou afetivos. E aponta que pode ocorrer uma ruptura de identificação, ao passo que os filhos se afastam das figuras de identificação dominantes com as quais os pais se reconhecem, e passam a incorporar novas referências assentadas externamente à sua classe de origem e, assim, estrangeiras a seus pais (GAULEJAC, 1987). Durante o casamento, diversas vezes Elena exprime essa necessidade de ruptura com sua família e o mundo social que compartilham:

Preciso ter em mente isto, pensei: do mundo de minha mãe nem mesmo Lila, apesar de tudo, conseguiu escapar. Já eu preciso conseguir, não posso mais ser aquiescente. Preciso eliminá-la, assim como fazia Oliviero quando se apresentava em nossa casa para impor a ela o meu bem. Estava me segurando pelo braço, mas eu precisava ignorá-la (...) (AG, 2015, p. 322).

O trecho anterior retrata um fenômeno que, ancorando-nos em Gaulejac (1987), podemos analisar como uma busca por ruptura e desinvestimento da identificação com os familiares. Compreendermos que, provocado pelo distanciamento social, é um processo em que os sujeitos tentam abandonar as referências ideológicas, institucionais e culturais que compõem modelos aos quais se tornaram indiferentes. Entretanto, o autor também aponta que essa distância social entre a posição subjetiva dos familiares não necessariamente acarreta rupturas na proximidade afetiva, na medida em que esta distância esteja de acordo com o projeto parental. No entanto, se o projeto em si é contraditório e a posição adquirida pelo filho é percebida de modo ambivalente e a identidade se divide entre os modelos, o constituinte e o almejado e, assim, instaura-se o conflito (GAULEJAC, 1987).

Elena expõe a presença dessa ambivalência conflituosa ao analisar a postura de sua mãe a respeito de seu relacionamento com Antônio, o jovem mecânico, com quem cresceu e com quem compartilha *habitus*:

(...) e minha mãe sibilou: “Fique perto de mim”. Perto dela. Pensei em quanto era contraditória sem perceber, com suas raivas, com aqueles gestos imperiosos. Não queria que eu estudasse, mas, como agora eu estava estudando, me achava melhor que os rapazes com quem tinha crescido e se dava conta – como de resto eu também, e justamente naquela mesma circunstância – de que meu lugar não era entre eles. Entretanto me obrigava a ficar perto dela para me defender sabe-se lá de que (...). Mas estar perto dela significava permanecer em seu mundo, tornar-me semelhante a ela em tudo. E, se eu me tornasse semelhante a ela, o que mais poderia esperar além de Antonio? (AG, 2015. p. 322).

Essa ambivalência, assim como postula Gaulejac (1987), compreende um desejo contraditório dos pais. Estes almejam que os filhos acessem uma posição social superior àquela que lhes puderam oferecer, ao mesmo tempo em que desejam que estes filhos se mantenham compassivos e solidários a seu meio e valores de origem e, portanto, lutem com os explorados contra os burgueses. Entretanto, com a adesão dos filhos a esse modelo – ainda que contraditório – e a subsequente conquista de distância social em relação aos pais, surge nestes o ressentimento. A apreensão de que o filho se afasta e adquire os *habitus* e modos daqueles por quem sentem concomitantemente ódio e inveja, de algum modo os intimida e instaura na relação uma atmosfera de estrangeirismo e desidentificação (GAULEJAC, 1987). No caso de Lenu a contradição se define na medida em que a mãe a compreende como integrada a um novo sistema e lhe atribui certo nível de superioridade, ao mesmo tempo em que tenta lhe impor um modelo de conduta – manter-se a seu lado – que não mais condiz com a sociabilidade da filha.

Ademais, essas contradições também podem resultar em uma desvinculação sociocultural que introduz uma sensação de estrangeirismo entre familiares e aquele membro que começa a ascender socialmente. Algo semelhante se apresenta na narrativa de Elena, onde esta, ao aprontar-se para sair da cidade para realizar exames de admissão na universidade, enfim, distingue-se integralmente de qualquer outra pessoa do bairro no que diz respeito à educação e sociabilidade. E, nesse momento tanto a protagonista quanto sua família já parecem distingui-la como um sujeito alheio:

Somente um dia antes da partida comuniquei a minha família que eu precisava ir a Pisa prestar uns exames. “Se eles me aceitarem”, anunciei, “vou estudar lá sem gastar uma lira de ninguém.” Falei com muita decisão, em italiano, como se não fosse um assunto redutível ao dialeto, como se meu pai, minha mãe e meus irmãos não precisassem e não pudessem compreender o que eu estava a ponto de fazer. De fato, se limitaram a ouvir incomodados, e me pareceu que a seus olhos eu já não fosse quem sou, mas uma estranha que tivesse vindo de visita numa hora inoportuna (HS, 2016, p.79).

Apesar de ocupar uma posição proeminente em relação à família, ao adentrar a universidade, Elena se defronta com uma extenuação daquela realidade que vislumbrara nos anos do liceu quando conquistou proximidade à uma classe superior através dos estudos e da relação com uma professora. Na faculdade, Elena se defronta com sua inadequação àquele espaço social, e rapidamente apreende que seu comportamento e modos são interpretados como negativos e reles. Sua fala corretíssima era interpretada como pedante, suas tentativas de se apresentar sociável eram vistas como inconvenientes e sua falta de etiqueta era pungente.

No entanto, sua habitual diligência e ânsia por agradar lhe garantiram uma rápida apreensão de sua inadequação e uma avidez por assimilação. Desse modo, assim como havia realizado tantas outras vezes, buscou se moldar de acordo com os códigos normativos daquele espaço: “Agradei a alunas, e alunos, a bedéis e a professores, aparentemente sem esforço. Mas na verdade me esmerei muito. Aprendi a controlar a voz e os gestos. Assimilei uma série de regras e comportamentos escritos e não escritos” (HS, 2016, p. 83). Essa necessidade de agradar, também é teorizada por Friedan (1971) que aponta como um aspecto típico do ajuste feminino, em que meninas buscam, através da assimilação de um modelo padronizado, agradar aos rapazes e afastar-se da distintiva feminilidade de suas mães:

Vi nitidamente as mães de família do bairro velho. Eram nervosas, eram aquiescentes. Silenciavam de lábios cerrados e ombros curvos ou gritavam insultos terríveis aos filhos que as atormentavam. Arrastavam-se magérrimas, com as faces e os olhos encavados, ou com traseiros largos, tornozelos inchados, as sacolas de compra, os meninos pequenos que se agarravam às suas saias ou que queriam ser

levados no colo. E, meu Deus, tinham dez, no máximo vinte anos a mais do que eu. No entanto pareciam ter perdido os atributos femininos aos quais nós, jovens, dávamos tanta importância e que púnhamos em evidência com as roupas, com a maquiagem. Tinham sido consumidas pelo corpo dos maridos, dos pais, dos irmãos, aos quais acabavam sempre se assemelhando, ou pelo cansaço ou pela chegada da velhice, pela doença. Quando essa transformação começava? Com o trabalho doméstico? Com as gestações? Com os espancamentos? Lila se deformaria como Nunzia? De seu rosto delicado despontaria Fernando (...) (AG, 2015, p. 322).

Friedan (1971) aponta que isso decorre da falta de uma imagem pessoal, seja esta resultado da ausência de modelos que comportem várias possibilidades femininas, pois estas são socialmente apreendidas como incompatíveis; como ser uma intelectual financeiramente bem sucedida e concomitantemente ter filhos e amá-los. Seja em razão da irreal imagem pública que representa as mulheres, imagem esta, que, apesar de desafiar a razão e a realidade, conquista o poder de excessivamente modelar suas vidas (FRIEDAN, 1971).

Assim, a autora classifica a identidade como o ângulo do problema feminino e aponta que a cultura não lhes permite a aceitação ou gratificação de suas necessidades de crescer e alcançar sua plenitude como sujeito. Friedan ressalta que a busca por se contrapor a uma identidade, como a de uma mãe decadente, corresponderia à manifestação de um esforço para escapar ao embate que representa enfrentar a questão de sua identidade pessoal. Além disso, o esforço de assimilar-se a um modelo pré-existente parece compreender uma fuga da indispensável batalha para conquistar sua plena maturidade identitária (FRIEDAN, 1971).

Já Gaulejac (1987) aponta essa inacessibilidade à identidade não como resultado de uma obstrução do acesso, mas como consequência do recalque de uma parte de si e da ambivalência que esse recalque incita. Esse recalque seria uma desincorporação dos *habitus* originários e como um trabalho de radical questionamento de seu modo de vida e de seus pais, ou seja, da herança que estruturou sua identidade, visando a assimilação *habitus* capazes de impulsionar uma ascensão social (GAULEJAC, 1987).

O autor também aponta para uma sucessão de conflitos que se cristalizam na identidade do sujeito à medida que este vai se deslocando socialmente e sua identidade passa a se definir a partir da identidade social e de sua relação subjetiva e psíquica com sua posição nessa (GAULEJAC, 1987). Assim, a identidade é apreendida como efeito de um movimento interno e externo, uma dinâmica individual de busca por assegurar uma singularidade e uma unidade em meio a uma heterogênea e multiforme realidade (GAULEJAC, 1987). É, também, resultado de um manejo das contradições psicológicas, sociais e intrapsíquicas que acometem o sujeito e o dilaceram entre um constante confronto dialético de diferenciação ou reprodução, singularidade ou semelhança, ancoragem no passado ou perspectiva de futuro (GAULEJAC,

1987). Assim, surgem elementos para os quais os sujeitos não consigam encontrar mediações que permitam uma coexistência, surgem os conflitos.

Conflitos identitários decorrentes do contraste entre os elementos internos e externos de sua experiência são recorrentes na experiência de Lenú. Em seu namoro com Franco Mari, um rico e popular colega universitário, ele atentara para suas qualidades ao escolhê-la para estar ao seu lado e, quanto às “qualidades” que Elena não possuía, Franco assegurou que ela as conquistasse: “Por meio de Franco também adquiri vários hábitos (...). Ele dava muita importância ao que chamava de minha reeducação, e eu me deixei reeducar de bom grado [...] Ele me deu de tudo” (HS, 2016, p. 83, 85). Entretanto, apesar de possuir um longo e distinto percurso acadêmico e uma satisfatória percepção social garantida por sua sistemática prática de assimilação, ao perder seu lugar ao lado de Mari, Lenú se vê novamente abalada por uma percepção de inadequação social causada por sua instabilidade identitária:

Eu tinha compreendido desde o início que Franco, sua presença em minha vida, tinha ocultado minha real condição, mas não a havia mudado, eu não tinha conseguido me integrar de fato. Estava entre os que se esforçavam dia e noite, que obtinham ótimos resultados, que eram até tratados com simpatia e estima, mas que nunca sustentariam com postura adequada a alta qualidade daqueles estudos. Eu sempre teria medo: medo de dizer a frase errada, de usar um tom excessivo, de estar vestida inadequadamente, de revelar sentimentos mesquinhos, de não ter pensamentos interessantes (HS, 2016, p. 106).

Gaulejac ressalta que a construção da identidade é um processo conflituoso, dinâmico e complexo que resulta de uma interação entre planejamentos e eventualidades. Assim, a busca de Elena por alcançar uma determinada identidade que se assemelhe àqueles indivíduos com os quais convive e pelos quais sente admiração e subalternidade, compreende um processo conflituoso com o qual essa está em constante embate e sobre o qual não possui amplo controle (GAULEJAC, 1987).

Pensando nesses conflitos, Gaulejac (1987) aborda a escrita de autobiografias, depoimentos e romances como função de historicidade que estabeleceria um vínculo entre passado e presente e viabilizaria um trabalho simbólico de desembaraço de contradições do presente. Para Lenú, essa sublimação de experiências parece se realizar através da própria tetralogia que corresponderia a um relato autobiográfico de sua história e da história de sua amiga Lila. Dentro da própria narrativa, Elena relata a escrita de outros livros anteriores à tetralogia no qual teria relatado uma de suas mais marcantes experiências fora do relacionamento com Lila. Apesar de não nos fornecer muitos detalhes sobre essa primeira obra, sabemos que nela a personagem reconta sua experiência sexual com Donato Sarratore,

seu antigo vizinho, a primeira pessoa conhecida que publicou um livro, seu assediador e pai de seu grande amor Nino.

Esse evento é constantemente referido como o aspecto mais notável da narrativa, tanto quando é louvado quanto quando é desprezado: “O título dizia: Memórias picantes de uma garota ambiciosa. O romance de estreia de Elena Greco. (...) Ao final eu era definida como “uma mocinha empenhada em esconder a própria falta de talento com páginas picantes de banalidades medíocres” [...] “se aqui e ali ele soava com certa audácia, isso ocorria sobretudo porque tinha sido escrito por uma garota; a obscenidade, concluiu, não é estranha à boa literatura e à verdadeira arte da narrativa” (HF, 2016, p. 44-45, 56). Quanto a essa temática, compreendemos que não se trata de uma simbolização das contradições de deslocamento de classe, como proposto por Gaulejac. No entanto, a narrativa parece demonstrar que a simbolização desse evento traumático permitiu à Lenú uma apreensão muito mais analítica e menos determinante e angustiante do que para outras personagens da história, as quais relatam nunca terem tratado daquele assunto anteriormente. E se utilizando das polêmicas páginas do livro de Lenu para discuti-lo pela primeira vez, Gigliola e Lila as evocam com um reconhecimento amargurado e desconsolado:

“Foi parar coisa suja”, emendou, “coisa que os homens não querem ouvir e que as mulheres conhecem, mas têm medo de dizer. Mas agora o que você vai fazer, se esconder?” Usou mais ou menos essas palavras, com certeza disse suja. Então ela também citava minhas páginas escabrosas tal como Gigliola, que usara imundície. Esperei que ela fizesse uma avaliação abrangente do livro, mas isso não ocorreu, serviu-se dele apenas como uma ponte para tornar a reafirmar o que chamou várias vezes, com insistência, de o incômodo de foder. Isso está lá, em seu romance — exclamou —, e se você contou é porque conhece, é inútil dizer: comigo não é assim (HF, 2016, p. 167).

Já Lenú reconhece essa experiência com mais ambiguidade, e utiliza a historicidade para relacioná-la com outros eventos semelhantes, o que lhe fornece uma óptica crítica através da qual os analisa: “ ‘Comigo não é assim’, disse. Não menti, e, no entanto, não era verdade. A verdade era bem mais complicada e, para lhe dar uma forma, eu necessitaria de palavras experimentadas” (HF, 2016 p. 166).

Cixous (1976) afirma, acerca da escrita feminina, que esta devolve à mulher o acesso à sua força nativa, aos seus prazeres, aos territórios de seu corpo a todas as partes seladas pela vergonha, seja uma vergonha por ter ou não ter desejos, por ser maternal demais ou não o ser o suficiente, entre outros. Assim, propõe que a escrita direciona a mulher para a emancipação, a desintegra em virtude da possibilidade de narrar sua história a partir de seus precedentes (CIXOUS, 1976). E é isso que parece acompanhar Elena, a narradora distingue a lancinante

barbaridade desses eventos, mas, também consegue analisar o prazer indesejado que seu corpo produziu diante do assédio, a confusão diante da impertinência de um homem da alta sociedade. Portanto, Lenú evoca as experiências para questionar suas distinções e semelhanças, além de sondar a correspondência entre seus abusadores, tudo isso sem ser aprisionada pela humilhação e a vergonha tão incisiva sobre vítimas de ações semelhantes.

A escrita de Lenú, além de atuar como um instrumento de acesso a seu mundo interno e às suas experiências relacionais, pode comportar, ademais, o que Gaulejac (1987) denomina de superinvestimento no trabalho. O autor ressalta que esse superinvestimento pode se estabelecer como uma reativa defesa ao complexo de inferioridade da neurose de classe, e que colabora com o sujeito no embate às humilhações a que é submetido. Esta defesa se difundiria nos diferentes estágios da história do indivíduo. No período escolar a criança notaria que as diferenças de classe se transporiam para as relações interpessoais provocando invalidação, desprezo e condescendência, no entanto, a tenacidade no trabalho escolar surgiria como ferramenta de confronto (GAULEJAC, 1987). Uma busca frenética por ler tudo, saber de tudo e tudo conhecer agiria como uma compensação da falta e inferioridade sentidas pelo neurótico de classe.

A vingança do neurótico de classe viria, portanto, através de uma vantagem no registro escolar que garantiria algum nível de reconhecimento e valorização daqueles que ocupam a posição social aspirada pela ascensão (GAULEJAC, 1987). Elena compreende cedo que a obstinação nos estudos lhe fornece um meio para enfrentar a desigualdade. No liceu, após ter uma redação abundantemente elogiada e ver a fama de boa aluna se disseminar entre os professores, a jovem passou a se dedicar integralmente à tarefa de garantir a distinção acadêmica: “Segui em frente dia após dia, empenhada em confirmar cada vez mais aos professores, aos colegas, a mim mesma, minha assiduidade e diligência” (AG, 2015, p. 107). E, com o fim da carreira escolar e início da carreira profissional, ela buscou compensação através da diligente conquista de informações e sua manipulação na escrita política e literária e segue como processo integral à sua personalidade:

(...) àquele meu escrever incessante, que agora se tornara uma obrigação, me esforçava dia e noite para me sentir presente, para não ser posta à margem, para lutar contra quem me considerava uma mulherzinha intrusiva e sem talento: perseguidores — murmurei — cujo único objetivo é me fazer perder público, mas não porque são movidos por sabe-se lá que motivos elevados, e sim pelo gosto de impedir que eu melhore, ou visando reservar a si e a seus protegidos um miserável poder em prejuízo meu (HP, 2017, p. 289).

Sendo um meio de vingança, compensação da inferioridade e canalização de angústias, o superinvestimento no trabalho parece, ao final, se tornar um fim em si mesmo e o indivíduo é absorvido por ele (GAULEJAC, 1987). No entanto, essa tenacidade no trabalho exaspera a distância social, na medida em que o indivíduo, ao ascender, se eleva cada vez mais a uma posição que lhe exige sua desvantagem. E, por esse motivo, o neurótico de classe acredita que seu sucesso deve ser impecável, irrefutável e completamente fruto do mérito exemplar. De modo que o ideal de Eu, visando a reparação da ferida narcísica resultante da humilhação de seus pais, lhe cobra a superação daqueles que os superaram e não admite o mínimo fracasso (GAULEJAC, 1987).

Essa exigência do ideal de Eu carrega, também, a canalização da culpa resultante da transgressão de buscar ocupar uma posição diferente daquela que lhe foi hereditariamente designada. De maneira que o Supereu apreende que há ali uma falha e que a busca por superar os pais também abarca um desejo de matar. Assim ele requisita ao sujeito uma legitimação de suas pretensões e o fornecimento consecutivo de evidências de seu mérito e é essa exigência que instaura no indivíduo o medo permanente de ter suas falhas expostas e lhe cobra uma constante tenacidade que comprove seus méritos: “Nesse ponto a teimosa autodisciplina, os estudos extenuantes, cada página ou linha que eu tinha publicado com sucesso se dissipariam (...) Toda minha vida se reduziria apenas a uma batalha mesquinha para mudar de classe social” (HP, 2017, p. 323).

Lenú narra, entretanto, que sua tenacidade para a aquisição de conhecimento também decorre de uma tentativa de assimilação masculina:

Terminei concluindo que antes de tudo eu devia entender melhor o que eu era. Indagar sobre minha condição de mulher. Tinha me excedido, fizera um enorme esforço para adquirir capacidades masculinas. Acreditava que devia saber tudo, tratar de tudo. O que me importava a política, as lutas? Queria fazer bonito diante dos homens, estar à altura. À altura de quê? Da razão deles, a mais irracional. Tanto esforço para memorizar frases em voga, tanta energia desperdiçada. Tinha sido condicionada pelo estudo, que havia modelado minha cabeça, minha voz. Que pactos secretos assumira intimamente a fim de me destacar? (HF, 2016 p. 218).

No entanto, é relevante considerar que, quanto à sua dedicação para acumular conhecimentos visando construir repertório de discussão, a personagem parece fazê-lo pela sua função de lhe colocar no mesmo nível de figuras masculinas com elevado prestígio social. Sejam esses Nino, seu antigo vizinho que ascende socialmente e ocupa lugares de destaque na sociedade; seja o filho de sua professora do liceu, um jovem estudante de medicina; seja Franco um conhecido e rico colega universitário; seja seu esposo, um brilhante jovem que

conquista uma cátedra em uma universidade aos 27 anos; ou seu sogro, um renomado professor italiano.

Beauvoir (2014) afirma que a mulher afetada por um complexo de inferioridade tende a defensivamente reagir com uma exagerada afetação de autoridade. Devido à dificuldade feminina de inspirar a mesma confiança e segurança que os homens, essa mulher pode tornar-se afetada, exagerada e escrupulosa, considerando a vida como um empreendimento imanente, buscando ter êxito subjetivo através de um objeto (BEAUVOIR, 2014). Ademais, tende a se privar da aventura e da audácia, e a não se apaixonar pelo conteúdo de suas atividades, satisfazendo-se apenas pela comprovação de sua capacidade de realizá-las (BEAUVOIR, 2014). Assim, se vê vítima de uma tendência à supervalorização tanto de pequenos fracassos quanto de conquistas frugais, de modo que constantemente oscila entre vaidade e desânimo (BEAUVOIR, 2014). Essa oscilação é constante na trajetória de Elena, a cada obra escrita, se vê submetida à oscilação de opiniões positivas e negativas. A cada resenha negativa, desacredita de si, analisa seu texto e sofre pela mediocridade explícita, e, no entanto, se recebe uma crítica positiva, recobra sua confiança e se regozija na certeza de sua excelência:

Deparei-me de novo com minha foto, a mesma do Corriere, dessa vez não no centro do artigo, mas no alto, ao lado do título *Jovens rebeldes e velhos reacionários*. A propósito do livro de Elena Greco. (...) suas palavras agiram como um bálsamo. Elogiava meu romance sem meios-termos e destratava o prestigioso professor de óculos pesados. Voltei para casa fortalecida, talvez até de bom humor. Folheei meu livro e dessa vez me pareceu bem orquestrado, escrito com inteligência (HF, 2016, p. 46-47).

Para superar essa condição, Beauvoir (2014) afirma que as mulheres deveriam esquecer-se de si mesmas e que, para isso, deveriam estar certas de terem se encontrado. No entanto, a autora aponta que, há tanto tempo coabitadas pela hegemonia masculina, as mulheres ainda estão no processo de se encontrar. Essa ideia pode ser percebida quando Lenú afirma: “Falei de como tinha tentado desde sempre, a fim de me impor, ser um homem na inteligência — percebi-me inventada pelos homens, colonizada por sua imaginação” (HP, 2017, p. 38).

Pensando nos relacionamentos de Lenú com homens, podemos destacar seu casamento com Pietro Airota. Pietro advém de uma prestigiada e abastada família italiana: “e começou a falar com muito apreço dos Airota (os definiu como ‘a mais civilizada das famílias que valem alguma coisa na Itália’)” (HF, 2016, p. 25). Seu relacionamento, que se iniciou na faculdade, rapidamente se desenvolveu para um longo noivado e um casamento que lhes concedeu duas

filhas. Gaulejac (1987) afirma, acerca do casamento de uma mulher com um homem cuja posição social é mais elevada que a sua, que este lhe permite uma ampliação de sua promoção social. O casamento com um membro da alta burguesia intelectual atuaria tanto como um sucesso objetivo quanto como um sucesso relativo à competência de assimilação dos conflitos que resultam dessa ascensão, além de garantir a tão almejada promoção social (GAULEJAC, 1987). Assim, através do relacionamento com Pietro, Elena acessa uma nova posição social:

Tinha a ver com minha mudança de estado. Era provável que os Airota, especialmente Guido, mas talvez também a própria Adele, me considerassem uma garota que, embora muito voluntariosa, estava bem distante da pessoa que teriam esperado para o filho. Era igualmente provável que minha origem, minha cadência dialetal, minha deselegância em tudo, pusessem a dura prova sua largueza de visões. Com certo exagero, eu poderia até supor que a publicação de meu livro fosse parte de um plano de emergência destinado a me tornar apresentável ao mundo deles. Mas não havia nenhuma dúvida de que eles tinham me aceitado, que eu estava prestes a me casar com Pietro com o consentimento deles, que estava a ponto de entrar numa família protetora, uma espécie de castelo bem fortificado de onde eu poderia avançar sem medo, ou para onde poderia recuar caso me sentisse em perigo. Portanto eu devia me habituar àquele novo meio com urgência e, acima de tudo, devia ter consciência disso (HF, 2016, p. 139).

Nesse trecho anterior, percebemos como Lenu manipula o *status* conquistado através do casamento em benefício de Lila. A acumulação de bens simbólicos como o prestígio de seu livro recém lançado pela editora de sua sogra e seu iminente parentesco com uma família admirada lhe fornecem a segurança necessária para se impor. No entanto, ao se separar de Pietro em busca de consolidar seu romance com Nino, seu amor de infância, Elena verifica que sua incorporação do *habitus* das classes intelectuais, não estava tão estabelecida quanto poderia acreditar (os grifos são nossos):

“O que significa que Nino é uma **inteligência sem tradições?**”

Ela me olhou com ironia.

“**Que não é ninguém. E, para quem não é ninguém, tornar-se alguém é mais importante que qualquer outra coisa.** A consequência é que esse senhor Sarratore é uma **pessoa inconfiável.**”

“Eu também sou uma inteligência sem tradições.”

Sorriu.

“**Você também, sim, e de fato é inconfiável.**”

(...)

Você também me falou mal de Pietro, aliás, me defendeu contra ele. Estava mentindo?”

“Não. De fato **fiquei do seu lado, mas dentro de um pacto** que você deveria ter respeitado.”

“Qual?”

“Continuar com seu marido e com as meninas. **Você era uma Airota**, suas filhas eram Airota. **Não queria que se sentisse inadequada e infeliz, tentei ajudá-la a ser uma boa mãe e uma boa esposa. Mas, se o pacto foi rompido, tudo muda de figura.** De mim e de meu marido você não terá mais nada, ao contrário, vou tirar tudo aquilo que lhe dei.”

Respirei fundo, tentei manter a voz calma assim como ela estava fazendo. “Adele”, falei, “eu sou Elena Greco e minhas filhas são minhas filhas. Que se fodam todos vocês, Airota”.

Fez sinal que sim, pálida, agora com expressão severa.

“Bem se vê que você é Elena Greco, agora está mais que evidente. **Mas suas meninas são filhas de meu filho, e não vamos permitir que você as arruíne**”.

Nesse sentido, o trabalho de desidentificação com os atributos de sua origem, empreendido por Elena, desponta como uma dissimulação malsucedida. Sua ex-sogra agora lhe reflete uma imagem desvalorizada daquilo que a protagonista acreditava ter construído e lhe aponta de que seu acesso ao lugar proeminência social estava condicionado às concepções fornecidas pela família. Por fim, Elena apreende que o deslocamento que realizou através de muito esforço, repressão, trabalho, assimilação, autocontrole e sucesso, lhe garantiram uma posição de mulher abastada e bem-sucedida. No entanto, ao observar suas filhas e a estável naturalidade com que estas se deslocam no mundo, atenta para aquilo que sempre apreendeu, mesmo antes de possuir clareza e vocabulário para descrevê-lo:

No dia anterior, Dede tirara a nota máxima no exame de maturidade. Era uma Airota, era minha filha, sua inteligência brilhante só podia dar ótimos frutos. Logo poderia fazer bem melhor do que eu e até do que o pai. O que eu conquistara com esforço diligente e muita sorte, ela arrebatará e continuaria arrebatando em seguida, com desenvoltura, como por direito de nascimento (HP, 2017, p. 284).

Suas filhas carregam consigo a unidade de advir de uma família prestigiada e, ao contrário de Elena, nunca necessitaram regular dois mundos e não foram assoladas pela constante necessidade de manejar uma falta hereditária e a culpa socialmente instituída. Mesmo quando se encontravam em circunstâncias de privação, suas filhas conservavam sem temor a permanente noção de que pertenciam a lugar de superioridade e segurança instituída:

O mundo mudou prodigiosamente e pertence cada vez mais a elas, cada vez menos a mim. Mas tudo bem (...), no final o que conta são essas meninas excelentes, que não toparam com nenhuma das dificuldades que eu mesma tive. Têm maneiras, tons, exigências, pretensões e consciência de si que eu ainda hoje não ousa me permitir (HP, 2017, p. 321).

Assim, a tetralogia se encerra com a noção de que “o que um indivíduo é, ou poderia ser, deriva do lugar que ocupam os seus iguais na estrutura social. (GOFFMAN, 2006, p. 96)”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diferentemente do que ocorre nos romances,
a vida verdadeira, depois que passou,
tende não para a clareza, mas para a obscuridade.
Elena Ferrante

As discussões propostas neste estudo condensam aspectos históricos do extenso processo da opressão feminina, além de perscrutar as “forças invisíveis” que tendem a influir disposições sobre as interações, percepções, crenças, normas e condutas dos indivíduos. E que incutem, principalmente às classes baixas, impressões pessoais de insuficiência, fracasso e impotência frente a um mundo que mantém uma arquitetura excludente, ao mesmo tempo que cobra desses indivíduos uma performance super-ativa que se adequa a seus constructos. Já a narrativa de Elena Ferrante na Tetralogia Napolitana, compõe a análise na medida em que averiguamos a sobreposição dessas duas instâncias na literatura. Assim, a narrativa nos revela aspectos históricos, imateriais, socioculturais e relacionais que integram a vida social e particular das mulheres, as oprimindo e governando. Além de investigar suas origens e seus métodos de perpetuação.

Gaulejac (2006) denomina de *identidade negativa* ou “desesperança de si” a desordem psíquica que se apresenta quando um sofrimento é produzido por contradições sociais que atravessam a identidade do sujeito, produzindo neste um conflito decorrente de origens externas, mas que é internalizado e parece só poder ser amenizado por uma mudança na situação social. Este é um elemento claro na biografia de Lenú desde a infância a menina percebia o lugar de subalternidade que sua origem lhe garantia e, diante disso, desenvolveu um sentimento de ilegitimidade que a acompanhou ao longo de toda a vida.

A respeito de sentimentos de ilegitimidade - quando a existência do sujeito é recusada - e inferioridade - quando há ausência de legitimação do valor do sujeito - Gaulejac (2006) afirma que estes constituem alguns dos sentimentos subjacentes à vergonha. Consequentemente, o indivíduo é sujeitado à imposição de que é substancialmente insatisfatório ou inadequado, enfrentando, assim, uma anulação fundamental. À vista disso, sua vergonha teria origem não somente no fato de ser ilegítimo ou inadequado e, sim, das variadas violências simbólicas e reais das quais é produto (GAULEJAC, 2006). Ademais, afirma “A vergonha é candente porque, diante de uma violência humilhante, o sujeito não pode reagir e é como se infligisse a si mesmo a ferida que o consterna” (GAULEJAC, 2006, p. 55-56).

No entanto, a protagonista encontra na escrita tanto um meio de alcançar algum nível de catarse, através da análise e exposição de suas angústias e restrições decorrentes do processo de opressão e ajustamento exercido pela masculinidade. E, também, uma possibilidade de acessar, através do sucesso de suas produções, um novo plano social, mais correspondente com suas pretensões. Entretanto, ainda que ao fim da história, a protagonista esteja muito longe da menina pobre e subordinada que inicia a narrativa. A personagem compreende, que de fato existe um pertencimento inato, garantido por gerações de tradições, de valores materiais e imateriais e que, ainda que o esforço e diligência tenham sido capazes de lançá-la ao patamar de indivíduos que o possuem, ela nunca se emparelhará a eles.

REFERÊNCIAS

- ALBORNOZ, S. G. As esferas do reconhecimento: uma introdução a Axel Honneth. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v.14, n.1, p. 127-143, 2011.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Nova Fronteira, 2014.
- BIROLI, F. Autonomia, opressão e identidades: a ressignificação da experiência na teoria política feminista. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, p. 81-105, 2013.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 2.ed. Trad. de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- _____. **Le sens pratique**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.
- _____. **Sociologia**. (organizado por Renato Ortiz). São Paulo: Ática, 1983.
- BUTLER, J. **A vida psíquica do poder: teorias da sujeição**. Autêntica, 2017.
- CAMPAGNOLI, A. de F. P. F. et al. A mulher, seu espaço e sua missão na sociedade. Análise crítica das diferenças entre os sexos. **Emancipação**, v. 3, n. 1, p. 127-153, 2003.
- CARRETEIRO, T. Sofrimentos sociais em debate. **Psicologia USP**, v. 14, n. 3, p. 57-72, 2003.
- CIXOUS, H.; COHEN, K.; COHEN, P. The laugh of the Medusa. **Signs: Journal of women in culture and society**, v. 1, n. 4, p. 875-893, 1976.
- ERNAUX, A. **La Place**. Paris: Gallimard, 1983.
- _____. **Les Armoires vides**. Paris: Gallimard, 1974.
- FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva**. Editora Elefante, 2017.
- FEITOSA, I. P.; RIVERA, G. A.; CAMBOIM, A. A.; SANTOS, M. D. S. **Repensando o sentimento da vergonha: contribuições psicossociológicas**. *Fractal: Revista de Psicologia* [online]. 2012, v. 24, n. 1 [Acessado 10 Abril 2022], pp. 203-210. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1984-02922012000100014>>. 2012.
- FERRANTE, E. **A amiga genial: infância, adolescência**. Trad. Maurício Santana Dias. São Paulo: Biblioteca Azul, 2015.
- _____. **História da menina perdida: Maturidade-Velhice**. Trad. Maurício Santana Dias. São Paulo: Biblioteca Azul, 2017.
- _____. **História de quem foge e de quem fica**. Trad. Maurício Santana Dias. São Paulo: Biblioteca Azul, 2016.

_____. **História do novo sobrenome: amiga genial.** Trad. Maurício Santana Dias. São Paulo: Biblioteca Azul, 2016.

FREUD, S. **Obras Completas: Totem e Tabu, Contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos:(1912-1914).** Companhia das Letras, 2012.

FRIEDAN, B. **Mística Feminina;** Tradução Aurea B. Weissenberg, **Petrópolis, RJ: Ed Vozes Limitada,** 1971.

GAULEJAC, V. de. A gênese social dos conflitos psíquicos. **Revista Cronos,** v. 2, n. 1, p. 109-115, 16 fev. 2017.

_____. **Neurose de classe.** [Originalmente publicado em 1987]. São Paulo: Via Lettera, 2004.

GEREMEK, B.; KOLAKOWSKA, A. **Poverty: a history.** Oxford: Blackwell, 1994.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade.** Tradução: Mathias Lambert, 1988. v. 4.

GREER, G. **A Mulher Eunuco.** Trad. de Eglê Malheiros. São Cristóvão: Artenova, 1971

HARTMANN, I; SCHESTATSKY, S. Transmissão do psiquismo entre as gerações. **Revista brasileira de psicoterapia.** v. 13, n. 2, p. 92-114, 2011.

KEHL, M. R. **Deslocamentos do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade.** Boitempo Editorial, 2017.

LIMA, P. M. R.; LIMA, S. C. de. Psicanálise crítica: a escuta do sofrimento psíquico e suas implicações sociopolíticas. **Psicologia: Ciência e Profissão,** v. 40, 2020.

MACKINNON, C. A. Sexuality, pornography, and method:" Pleasure under Patriarchy. **Ethics,** v. 99, n. 2, p. 314-346, 1989.

PEREIRA DA SILVA, M. C. **A herança psíquica na clínica psicanalítica.** São Paulo: Casa do Psicólogo; FAPESP, 2003.

PIVA, A. A fragilidade do símbolo e a transmissão transgeracional. **Revista Contemporânea-psicanálise e transdisciplinaridade,** v. 7, p. 74-85, 2008

RAVAGNOLI, N. A entrevista narrativa como instrumento na investigação de fenômenos sociais na Linguística Aplicada. **The Specialist,** v. 39, n.3, 2018.

SETTON, M. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação,** n. 20, p. 60-70, 2002.

SOUZA, J. et al. **A ralé brasileira: quem é e como vive.** Belo Horizonte: editora UFMG, 2009.

SOUZA, N. **Tornar-se negro:** as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

STEARNS, P. N. **A história das relações de gênero, histórias em construção.** Tradução de Mirna Pinsky. São Paulo: Contexto, 2007.

TEIXEIRA, N. C. R. B. Entre o ser e o estar: o feminino no discurso literário. **Guairacá-Revista de Filosofia**, v. 25, n. 1, 2009.

TEIXEIRA, R. F. P. L.; LIMA, P. M. R. de. A literatura gótica de autoria feminina na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX: resistência à ideologia hegemônica. **Revista de Literatura, História e Memória**, v.16, n. 27, p. 176-200, 2020.

WOLF, N. **O mito da beleza:** como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Editora Record, 2018.